



BH ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

CNPJ: 24.915.546/0001-30

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Valores expressos em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.288	77	
Títulos e valores mobiliários	4	3.559	34.375	
Contas a receber	5	1.518	1.284	
Ativo financeiro da concessão	6/2.4.n	34.076	4.392	
Estoques	7	5.239	1.456	
Impostos a recuperar	8	4.273	955	
Outras		288	348	
Total do ativo circulante		60.241	42.887	
Ativo não circulante				
Impostos diferido	18.2	310	589	
Realizável a longo prazo		310	589	
Imobilizado	9	2.429	2.488	
Intangível	9	9.420	9.685	
Total do ativo não circulante		12.159	12.762	
Total do ativo		72.400	55.649	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		25.000	(561)	24.439
Capital integralizado no exercício	14.a	25.000	-	25.000
Prejuízo do exercício	14.b	-	(651)	(651)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		50.000	(1.212)	48.788
Lucro do exercício	14.b	-	751	751
Saldos em 31 de dezembro de 2018		50.000	(461)	49.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A BH Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Domínguez, nº 55, Bairro Itapó, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída em 13 de abril de 2016 e com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais "Jucemg" em 01 de junho de 2016, é uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública, durante o prazo de 20 anos conforme estabelecido no Edital de Licitação nº 005/2016 e no contrato de concessão administrativa nº AJ 016/2016 ("Contrato"), assinado em 13 de julho de 2016, entre a Prefeitura de Belo Horizonte por intermédio da Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura ("Poder Concedente") e a Companhia. Em 21 de junho de 2017, as condições de eficácia do Contrato foram atendidas e a Companhia assumiu a prestação dos serviços de manutenção e operação da Rede Municipal de Iluminação Pública de Belo Horizonte. A execução dos serviços de modernização e eficiência tiveram início em outubro de 2017 e em outubro de 2018, a Companhia recebeu do Poder Concedente a aprovação do cumprimento do 1º marco contratual, conforme previsto no cronograma de modernização do parque de Iluminação Pública. Até o final do exercício a Companhia já havia realizado a modernização de aproximadamente 69 mil pontos de iluminação pública, situados em 5 das 9 regionais do Município de Belo Horizonte. A Companhia revisou o plano de negócios e concluiu que no momento não existem variações que possam impactar nas operações e/ou projeções futuras de fluxo de caixa. Caso ocorram alterações ou mudanças relevantes, a Companhia entende que a gestão de risco do projeto será suficiente para o gerenciamento dos eventuais impactos.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras - **2.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas adiante, e vem sendo aplicadas de modo consistente desde a sua entrada em operações, salvo disposição em contrário. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de abril de 2019. **a. Contrato de concessão** - O ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente, controle ou regulamentação quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida recebíveis. As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são: **Receita de construção** - Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública de Belo Horizonte. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre a medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia. **Receita de operação e manutenção** - Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública de Belo Horizonte. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e a medida em que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de investimento e as necessidades de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e espera-se que sejam utilizados pela Companhia no intervalo de três meses ou menos.

c. Títulos e Valores Mobiliários - Títulos e valores mobiliários abrangem as aplicações financeiras com as seguintes características: vencimento original de três meses ou mais, a partir da data da contratação, sujeitos a um risco significativo de alteração no valor justo, atender a compromissos de longo prazo ou não pode ser prontamente conversível em caixa. **d. Ativo financeiro** - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa é classificado em "valor justo por meio do resultado" e os Títulos e valores mobiliários e as Contas a receber ativo financeiro da concessão são classificadas como "custo amortizado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **e. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo, menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, líquido dos impostos compensáveis, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte. **f. Imobilizado** - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil é estimada como segue:

Custo	Depreciação e amortização a.a.
Veículos	20
Benefitória em imóveis de terceiros	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Software	20
Projetos e Estudos	5

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear, dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **g. Intangível** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e não é reduzida ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desse ativo são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como

mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota 9. **h. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir e liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, nesses casos são classificados como passivo não circulante. **i. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou unidade geradora de caixa. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, entre os dois, o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados possam ser superiores aos valores de recuperação. **j. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **k. Obrigações trabalhistas** - Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais. **l. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Companhia é parte em processos judiciais, cujo estimativa de desembolso provável de recursos financeiros é irrelevante, sem a necessidade de constituição de provisões de contingências. **m. Instrumentos financeiros** - (i) **Reconhecimento e mensuração inicial** - Os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. (ii) **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou são classificados como ao VJR. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas; • o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018** • **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018** - A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: • empréstimos e recebíveis; • ativos financeiros mantidos até o vencimento. A reclassificação devido à adoção do CPC 48, está divulgada na Nota 19. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificada como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido

Relatório da Administração:
Senhores acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as Demonstrações Financeiras

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	15	61.333	11.325
Custo dos serviços prestados	16	(56.180)	(9.423)
Lucro bruto		5.153	1.902
Despesas gerais e administrativas	16	(6.062)	(4.279)
Despesas tributárias		(183)	(75)
Outras receitas e despesas		670	-
Resultado antes receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(422)	(2.452)
Receitas financeiras	17	1.758	1.513
Despesas financeiras	17	(220)	(50)
Resultado financeiro líquido		1.538	1.463
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.116	(989)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.1	(86)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1	(279)	338
Lucro/(prejuízo) do exercício		751	(651)
Resultado por ação (Em Reais)		0,015	(0,013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **n. Tributos correntes e diferidos** - A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **o. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas** - A Companhia adotou o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contratos com Clientes. **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros** - A natureza da alteração e os principais impactos decorrentes da adoção do CPC 48 (IFRS 9) é conforme segue: **Classificação de ativos e passivos financeiros** - O CPC 48 (IFRS 9) elimina as antigas categorias do CPC 38 (IAS 39) para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda e, no reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados a: custo amortizado, valor justo por meio de resultado (VJR) ou valor justo por meio de resultados abrangentes (VJORA). O referido pronunciamento não teve efeito significativo na classificação de passivos financeiros e instrumentos financeiros da Companhia. Os novos critérios de classificação estão refletidos na nota 19. **Mensuração de ativos e passivos financeiros** - O objetivo dos requisitos de impairment é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial - seja avaliado individualmente ou coletivamente - considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia possui concentração em sua carteira de clientes e não possui história de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou a análise de risco de crédito dos ativos e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers). **IFRS 15 (CPC 47)** - Receita de contratos com Clientes - A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a ser realizada e é entendida esperada em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou o pronunciamento e não foram verificados impactos nas informações do ano de 2018, adicionalmente entende que não há dificuldades em estabelecer quais sejam as obrigações de desempenho do seu contrato, considerando as disposições da norma, entendendo que as obrigações ocorrem no transcorrer da execução da manutenção e modernização previstos no contrato. **2.5 Principais julgamentos e estimativas contábeis** - A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou, também, em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação, ou amortização, dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório. (i) **Redução a valor recuperável de ativos não financeiros** - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar. (ii) **Impostos diferidos** - Impostos diferidos são gerados (i) por prejuízo fiscal na data do balanço ou (ii) adições e exclusões temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.6 Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas** - Foram publicadas novas normas ou alterações de normas e interpretações com modificações efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Administração entende que a maior parte das alterações não são aplicáveis e não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. • **IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos** - A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia, com base nas informações atualmente disponíveis, não estima efeitos da aplicação da norma. **Outras Normas: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:** • **IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda** (em vigor para exercícios iniciados a partir de 01.01.2019); • **Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures** (em vigor para exercícios iniciados a partir de 01.01.2019); • **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios**, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 01.01.2019); • **Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados** (em vigor para exercícios iniciados a partir de 01.01.2019); • **Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto** (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada); • **Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa** (em vigor para exercícios iniciados a partir de 01.01.2019).

do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para apreciação da Assembleia Geral, colocamos-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. Belo Horizonte, 02 de abril de 2019

Demonstração dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(prejuízo) do exercício	751	(651)
Resultado abrangente	751	(651)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(prejuízo) do exercício	751	(651)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.095	485
Imposto de renda e contrib. social diferidos	365	(338)
Juros provisionados	106	-
	2.317	(504)

Redução/ (aumento) ativos operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	(234)	(1.284)
Ativo financeiro da concessão	(29.684)	(4.392)
Estoques	(3.782)	(1.456)
Impostos a recuperar	(3.318)	(918)
Outras contas a receber	60	(348)

Aumento/ (redução) passivos operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores e outras contas a pagar	11.563	5.329
Obrigações trabalhistas	251	508
Obrigações tributárias	2.941	723
Partes relacionadas	(9)	(7)
Outras	226	-

Caixa utilizado nas atividades operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
	(19.669)	(2.349)

Impostos pagos sobre o lucro

	31/12/2018	31/12/2017
Juros recebidos de títulos e val. mobiliários	(86)	-
Juros pagos sobre financiamentos	54	1.509
	(76)	-

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
	(19.777)	(840)

Fluxo de caixa das ativid. de investimento

	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de imobilizado	(524)	(2.574)
Aquisição de intangível	(247)	(541)
Aplicações financeiras	30.762	(35.884)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	29.991	(38.999)

Fluxo de caixa das ativ. de financiamento



BH ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.
CNPJ: 24.915.546/0001-30

A seguir segue a movimentação do ativo imobilizado e intangível nos exercícios sociais comparados:

Custo	31/12/2017		31/12/2018	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Veículos Beneficentários em imóveis de terceiros	1.312	272	-	-
Móveis e utensílios	921	37	-	-
Equipamentos de informática	240	35	-	-
Sub Total	2.674	524	-	-

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Veículos Beneficentários em imóveis de terceiros	-	1.312	-	1.312
Móveis e utensílios	5	196	-	-
Equipamentos de informática	87	153	-	-
Sub Total	1.458	2.574	-	-

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Veículos Beneficentários em imóveis de terceiros	-	(51)	-	(51)
Móveis e utensílios	-	(85)	-	(85)
Equipamentos de informática	(1)	(34)	-	(35)
Sub Total	(1)	(185)	-	-

Custo	31/12/2017		31/12/2018	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	9.899	247	-	-
Software	86	-	-	-
Sub Total	9.985	247	-	-

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	8.085	514	-	-
Software	1	27	-	-
Sub Total	8.086	541	-	-

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	-	(289)	-	(289)
Software	-	(11)	-	(11)
Sub Total	-	(300)	-	(300)

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	8.085	514	-	-
Software	1	27	-	-
Sub Total	8.086	541	-	-

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	-	(289)	-	(289)
Software	-	(11)	-	(11)
Sub Total	-	(300)	-	(300)

Custo	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Projetos e Estudos (a)	8.085	514	-	-
Software	1	27	-	-
Sub Total	8.086	541	-	-

(i) Os valores classificados em 2016 como Ativo Imobilizado em andamento foram destinados aos seus respectivos grupos, inclusive em grupos do Intangível, por ato a conclusão e disponibilização operacional.

(a) Para atender aos objetivos do edital de licitação PBH SMOBI nº 005/2016 e do plano de operacionalização da concessionária, a Companhia incorreu em gastos relacionados a estudos e projetos, sendo os principais referentes a:

- Estudos sobre o parque de Iluminação Pública de BH realizados pela EBP (Empresa Brasileira de Projetos);
- Estudos relacionados ao objeto da concessão à PBH Ativos S.A. referente ao parque exclusivo para Iluminação Pública de BH;
- Realização do Cadastro Georreferenciado do parque de Iluminação Pública de BH;
- Confeção do Plano de Transição e Estratégico apresentado ao Poder Concedente para aprovação;
- Realização do Mapeamento da Rede Exclusiva de Iluminação Pública;
- A amortização dos projetos e estudos iniciaram em junho de 2017, mediante a ordem de serviço da concessão e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) anos, mesmo prazo da concessão.

10 Empréstimos e Financiamentos

Finame (a)	31/12/2018	
	1.026	1.027
Capital Giro	-	-

Passivo	31/12/2018	
	261	766
Curto Prazo	-	-
Longo Prazo	-	-

(a) O Finame é referente ao financiamento de veículos utilizados na operação da Companhia, onde os mesmos são a garantia do financiamento. Os contratos de Finame ativos não contém cláusulas restritivas ("covenant"). A correção dos contratos de financiamentos é realizada em parte pela TJLP acrescida de 4,30% a.a. e parte por Selic acrescido de 4,54%a.a. A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	31/12/2018	
	1.144	1.027
Captações - principal	-	-
Amortizações - principal	-	-
Juros incorridos	-	-
Juros Pagos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.027	1.027

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas a longo prazo possuem o seguinte vencimento:

Ano de vencimento	260	260	236	10	766
2020	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-
2022	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-

11 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar	16.247	4.816
Fornecedores - partes relacionadas	732	601
	16.979	5.417

Faixa de vencimento:

31/12/2018	31/12/2017	
A vencer em até 30 dias	4.229	2.284
A vencer de 31 a 60 dias	1.607	69
A vencer de 61 a 90 dias	4.799	3
A vencer a mais de 90 dias	6.344	3.061
	16.979	5.417

A administração avaliou e constatou que não existiu a necessidade de realização de Ajuste a Valor Presente - AVP sobre os valores que compõe o saldo de fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.215 foi cedido pelos fornecedores a instituições financeiras, na modalidade de "risco do sacado", com anuidade da Companhia.

12 Obrigações tributárias e trabalhistas

Salários a pagar	283	263
INSS a pagar	171	126
FGTS a pagar	41	26
Provisão de férias	385	212
Outros	-	1
Total das obrigações trabalhistas	880	628
COFINS a recolher	2.858	536
PIS a recolher	620	116
Impostos retidos a recolher	138	109
Imposto de renda e Contribuição Social a recolher	86	-
Total das obrigações tributárias	3.702	761
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	4.582	1.389

13 Partes relacionadas - O saldo que a Companhia mantém em suas demonstrações financeiras referente às transações com partes relacionadas no final dos exercícios comparados foram de: (a) Os saldos em aberto no final dos exercícios é composto por:

Passivo circulante	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	-	-
Construtora REMO Ltda (i)	732	601
Partes relacionadas	-	-
Construtora Barbosa Mello S.A. (ii)	46	55

(i) Os valores são referentes a prestação dos serviços de manutenção do parque convencional e execução de obras de expansões da rede de iluminação pública. (ii) Os valores são referentes ao compartilhamento de gastos com despesas de pessoal relativo às áreas de administração de pessoal, contábil, financeiro e tecnologia da informação; alimentação e de gastos gerais administrativos. (b) Os valores a custo e despesa é composto por:

Resultado	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados com partes relacionadas	4.537	3.178
Construtora REMO Ltda.	4.470	3.178
Selt Engenharia Ltda.	67	-
Despesas gerais e administrativas com partes relacionadas	550	522
Construtora Barbosa de Mello S.A.	550	522
Total	5.087	3.700

Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia pagou aos administradores a título de pró-labore a quantia de R\$ 1.176 em 2018 (RS 662 em 2017).

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social totalmente integralizado até 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalizando R\$ 50.000, representado por 50.000.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 cada. **b. Distribuição de lucros** - A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. O lucro líquido do exercício foi integralmente destinado à amortização dos prejuízos acumulados da Companhia.

15 Receita operacional líquida

Receita de operação e manutenção	17.126	8.513
Receita do ativo financeiro da concessão	53.957	4.623
(-) COFINS	(5.136)	(949)
(-) PIS	(1.115)	(206)
(-) Desconto incondicional (i)	(3.499)	(656)
	61.333	11.325

(i) Desconto concedido conforme Lei 9.145/2006 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

16 Custos e despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	(35.611)	(3.318)
Serviços contratados	(13.210)	(4.503)
Mão de obra e encargos	(8.688)	(3.822)
Equipamentos (manutenção e locação)	(1.558)	(309)
Depreciação e amortização	(998)	(440)
Seguros	(851)	(491)
Aluguéis e Condomínio	(524)	(400)
Despesas vinculadas a concessão	(131)	0
Outros	(671)	(419)
Total Custos e despesas gerais e administrativas	(62.242)	(13.702)
Custo dos serviços prestados	(56.180)	(9.423)
Despesas gerais e administrativas	(6.062)	(4.279)
Resultado financeiro líquido	(6.062)	(4.279)

Recitas financeiras	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicação financeira	1.526	1.508
Varição monetária	26	3
Outras	206	2
Total Receita Financeiras	1.758	1.513
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(104)	(48)
Juros pagos	(116)	(2)
Total Despesas Financeiras	(220)	(50)
Resultado financeiro líquido	1.538	1.463

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência. 1. A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.116	(989)
Aliquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(380)	336
Adições permanentes	(11)	(1)
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	48	-
Outros	(22)	3
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(365)	338
Imposto de renda e contribuição social correntes	(86)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(279)	338

A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. 2. A seguir a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos, nos exercícios comparados:

Ativo	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31/12/2016	185	66	251
Crédito sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL	248	90	338
Saldo em 31/12/2017	433	156	589
Compensação crédito diferido	(35)	(13)	(48)
Saldo em 31/12/2018	398	143	541

Passivo	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-	-
Resultado diferido para períodos subsequentes	(170)	(61)	(231)
Saldo em 31/12/2018	(170)	(61)	(231)

3. Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	253	91	344
2020	145	52	197
Total	398	143	541

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros - a. Gestão de riscos financeiros - a.1 Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros) e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b. Risco de mercado
A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. (i) *Risco de taxa de juros* - O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pré-fixadas. (ii) *Análise de sensibilidade* - A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos Financeiros	Passivos Financeiros
CDB	Aplicações financeiras	-
TJLP	-	Empréstimos e Financiamentos

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2018, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2019, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2019 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2018, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro

de 2018 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2018. Para as estimativas dos efeitos considerou-se uma redução para o ativo financeiro e um aumento para o passivo financeiro na taxa estimada para 2019 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Idicador:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em estimada entre		Taxa anual Variação	
			31/12/2018	para 2019	taxas	Efeito
Cenário provável						
CDB	14.698	-	6,33%	6,40%	0,07%	10
TJLP	-	(1.027)	6,98%	7,03%	0,05%	(1)
Cenário I						
CDB	14.698	-	6,33%	8,00%	1,67%	245
TJLP	-	(1.027)	6,98%	8,79%	1,81%	(19)
Cenário II						
CDB	14.698	-	6,33%	9,60%	3,27%	481
TJLP	-	(1.027)	6,98%	10,55%	3,57%	(37)

b.1 Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Contas a pagar aos fornecedores	5.417	-	-	-
Demais contas a pagar	55	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar aos fornecedores	16.979	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	261	260	260	24



HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

CNPJ: 08.596.628/0001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais, vimos submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Pocrane (MG) 15 de março de 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - (Em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - (Em milhares de reais)		
	Notas	2018	2017	Notas	2018	2017	Notas	2018	2017	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE											
Caixa e Equivalente de Caixa	5	17.792	46.397	10	977	1.422	16	50.188	39.156	42.058	43.170
Contas a Receber de Clientes	6	4.237	3.504	11	1.150	1.140	17	(28.528)	(16.688)	1.262	3.962
Estoques	7	496	464	12	-	7.196	17	21.660	22.468	-	172
Outros		245	68	15	5.019	4.987	17	(786)	(1.108)	(5.137)	(4.482)
TOTAL DO CIRCULANTE		22.770	50.433		7.238	14.841		(786)	(1.108)	(7.893)	(7.599)
NÃO CIRCULANTE											
Imobilizado	8	84.646	87.023	12	-	9.578	18	20.874	21.360	(7.900)	(7.911)
Intangível	9	256	256		-	9.578	18	1.423	2.190	(7.347)	(8.281)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		84.902	87.279					22.297	23.550	(642)	(300)
ATIVO TOTAL		107.672	137.712					20.078	20.791	(28.605)	6.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	
	Legal	Retenção de lucros			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	35.000	6.159	56.330	97.489	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.791	20.791
Constituição de reserva legal	-	841	-	(841)	-
Proposta da Administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos Ações Ordinárias - Classe A	-	-	(2.543)	(2.543)	-
Dividendos Ações Ordinárias - Classe B	-	-	(2.444)	(2.444)	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	(14.963)	(14.963)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.000	7.000	71.293	113.293	
Ajuste de Exercício Anteriores (Nota 14)	-	-	463	463	-
Dividendos Complementares Exercício 2014	-	-	(5.933)	(5.933)	-
Dividendos Complementares Exercício 2015	-	-	(6.827)	(6.827)	-
Dividendos Complementares Exercício 2016	-	-	(8.609)	(8.609)	-
Dividendos Complementares Exercício 2017	-	-	(7.012)	(7.012)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.078	20.078
Proposta da Administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos Ações Ordinárias - Classe A	-	-	(2.560)	(2.560)	-
Dividendos Ações Ordinárias - Classe B	-	-	(2.458)	(2.458)	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	(15.059)	(15.059)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	35.000	7.000	58.434	100.434	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, formada pelas empresas Santa Maria Energética S.A., sediada no Estado do Espírito Santo, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A., sediada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2007 com sede na Rodovia Km 27 da Estrada de Pocrane, à Margem Direita do Rio Manhuaçu, no Povoado de Cachoeirão, município de Pocrane, Estado de Minas Gerais. A Companhia atua no ramo de geração e comercialização de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Cachoeirão na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, expedida em 08 de maio de 2007 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que transferiu da empresa Santa Maria Energética S.A. a autorização objeto da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, para implantar e explorar a PCH Cachoeirão pelo prazo de 30 anos, com vencimento da autorização em julho de 2030. A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto, médio e longo prazo, negociados com terceiros (Nota 6). A PCH Cachoeirão possui capacidade instalada de 27 MW, com energia assegurada de 16,37 MW médios, contando com três unidades geradoras, tendo iniciado sua operação comercial em dezembro de 2008.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as práticas contábeis internacionais. **2.2 Base de elaboração** - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação** - Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de Estimativas e julgamentos** - Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações. Para fazer tais estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração, que afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis: (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível. (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas da vida útil dos mesmos. **2.5 Autorização para emissão das demonstrações contábeis** - A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios sociais apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros** - **3.1.1 Classificação, reconhecimento e mensuração** - A sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se toma parte das disposições contratuais dos instrumentos. **3.1.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. **3.1.3 Financiamentos e recebíveis** - Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber, caixa e equivalentes de caixa. **3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa** - São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de longo prazo com liquidez imediata, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da possibilidade de resgate no curto prazo, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro-rata temporis* até a data das demonstrações contábeis. **3.1.5 Contas a receber de clientes** - Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda de energia elétrica. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo. **3.1.6 Estoque** - São compostos por peças sobressalentes utilizadas na manutenção dos equipamentos da usina, os quais são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. **3.1.7 Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os juros e demais encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do mesmo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. (ii)

Depreciação - A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Esta norma revisou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, revogando as Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL à PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens, apurado por auditoria da ANEEL, será indenizado à Companhia. **3.1.8 Intangível** - E registrado ao custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada, a qual é calculada pelo método linear. Os ativos intangíveis compreendem: (i) Direito de Uso de Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (ii) Direitos de uso são licenças de direito de propriedade, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares a utilização produtiva de software, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados em linha reta, conforme taxa determinada pela ANEEL. (iii) Faixa de serviço permanente: estão registradas das indenizações pagas em favor dos proprietários dos imóveis. Como são permanentes não há amortização. **3.1.9 Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - Impairment** - A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificar que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. **3.1.10 Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo valor justo. **3.1.11 Salários e encargos sociais** - Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, juntamente com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.1.12 Capital** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.1.13 Reconhecimento de receitas** - A receita advinda da venda de energia elétrica é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas. **3.1.14 Receitas e Despesas Financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos. **3.1.15 Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia opta pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social por meio do Lucro Presumido, sendo considerado para efeito de tributação do Imposto de Renda o percentual de 8% aplicado sobre a receita bruta de vendas somada ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. O imposto de Renda é apurado trimestralmente mediante aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo acima e do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder ao limite de R\$60 no trimestre. Para o cálculo da Contribuição Social, é considerado o percentual de 12% sobre a receita bruta de vendas, somado ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. A Contribuição Social é apurada trimestralmente mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo acima mencionada. **3.1.16 Distribuição de Dividendos** - A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.1.17 Lucro por ação** - O lucro básico por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios apresentados.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou que há a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) **Risco de crédito** - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por consumidores livres, com contratos de compra e venda de energia com prazo de 10 anos. A Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária ou o CDB caucionado, ou ainda o registro da energia mediante a comprovação do pagamento pelo cliente. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia a riscos de créditos e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes. (b) **Risco de liquidez** - A Companhia aplica todo excedente de caixa imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 85% a 102,5% em bancos de reconhecida liquidez. Assim, garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto e longo prazo, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. (c) **Risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia possui contrato de financiamento com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida, entretanto, o referido contrato foi liquidado antecipadamente pela Companhia em 2018 (nota 12, d). A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco. (d) **Risco operacional** - O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza atividades de operação e manutenção de sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Custo de Operação

LUCRO BRUTO

Despesas Gerais e Administrativas

LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS

Resultado financeiro líquido

LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS

Provisão para Imposto de Renda

Provisão para Contribuição Social

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

LUCRO POR AÇÃO:

Ações Ordinárias

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos, das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. (e) **Risco Hidrológico** - A energia comercializada pela Companhia é vinculada à energia assegurada da usina, que é determinada pelo órgão regulador. A escassez hídrica ocorrida no país nos últimos anos, vem causando uma diminuição relevante na produção de energia por parte da fonte hidráulica, base da matriz energética brasileira, e com isso aumentando os custos com aquisição de energia. A mitigação desse risco é realizada através do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Entretanto, em condições de hidrologia, relevantemente desfavorável, o MRE pode expor a Companhia à elevado rateio de custos com base no PLD, gerando ônus financeiro relevante para os geradores hidrelétricos. Como mitigação desse risco a Companhia mantém uma parte de sua energia assegurada descontratada, o que reduz os ganhos com a liquidação da energia secundária, quando há sobra de energia, porém ameniza as perdas com os ajustes do MRE.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa

Fundos de caixa

Bancos - conta movimento

Banco do Brasil S.A. Empresarial Vitória

Sicob - Banco Coop. do Brasil S.A.

Banco do Brasil S.A. - Centraliz. de Recebimentos

Banco Itaú BBA S.A.

Banco Bradesco S.A.

Caixa Econômica Federal

Aplicações no mercado aberto

Caixa Econômica Federal

Banco do Brasil S.A. Empresarial Vitória

Banco Itaú BBA S.A.

Banco do Brasil S.A. Reserva O&M (i)

Banco do Brasil S.A. Repasse BNDES (ii)

Sicob - Banco Coop. do Brasil S.A.

Banco Bradesco S.A. - Colatina

Banco Bradesco S.A.

Os valores de Caixa e Equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de perda de valor. As aplicações financeiras de liquidez imediata, são lastreadas em CDB's e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 85,0% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (i) A conta Banco do Brasil S.A. - Reserva O&M refere-se ao cumprimento da Cláusula 12.8 do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 20/04379-1, como garantia do pagamento pelos serviços de Operação e Manutenção da PCH Cachoeirão, conforme contrato firmado entre a Hidrelétrica Cachoeirão S.A. e a MCQ Eleto Service Ltda., e terá sempre saldo equivalente, no mínimo, ao valor de 3 (três) prestações dos referidos serviços. A conta é uma aplicação financeira de liquidez imediata e o saldo equivalente às 3 (três) parcelas do contrato de prestação de serviços de O&M somente poderá ser utilizado para pagamento dessas parcelas. O saldo excedente, porventura existente, poderá ser movimentado livremente pela companhia. (ii) A conta Banco do Brasil S.A. - Repasse BNDES refere-se ao cumprimento da Cláusula 12.8 do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 20/04379-1, como garantia do financiamento, e terá sempre saldo equivalente, no mínimo, ao valor de 3 (três) prestações do referido financiamento. A conta é uma aplicação financeira de liquidez imediata e o saldo equivalente às 3 (três) parcelas do financiamento somente poderá ser utilizado para pagamento dessas parcelas. O saldo excedente, porventura existente, poderá ser movimentado livremente pela Companhia. As contas Banco do Brasil S.A. - Reserva O&M e Banco do Brasil S.A. - Repasse BNDES foram encerradas no ano de 2018, em função da liquidação antecipada do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 20/04379-1, dispensando assim a necessidade de manutenção das referidas contas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

Metagal Indústria e Comércio Ltda.

A. W. Faber Castell S.A.

Cervejaria Petrópolis S.A.

Martineira Honsel Brasil Fund. e Com. de Peças em Alumínio Ltda.

Magnetil Marelli Sistemas Automotivos Ind. e Com. Ltda.

Aethra Sistemas Automotivos S.A.

Calçário Vale do Araguaia Ltda.

Empresa Comercializadora de Energia Ltda.

Condomínio Pátio Savassi

A Companhia não registrou provisões para perdas dos valores de Contas a Receber constantes no balanço patrimonial em virtude de não existirem saldos em atraso e, ainda, serem exigidas prestações de garantias pelos Clientes, na forma de fiança bancária ou outras por força dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados.

7. ESTOQUES

Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. O almoxarifado é composto na sua totalidade por peças sobressalentes de pequeno porte.

8. IMOBILIZADO

(a) Composição

Imobilizado em Serviço

Terrenos

Reservatórios e Barragens

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e equipamentos

Móveis e Utensílios

Veículos

Administração Central

Imobilizado em Curso

Reservatórios e Barragens (i)

Máquinas e equipamentos (i)

Peças de Reposição (ii)

Adiantamento a Fornecedores (i)

Total

(i) Referem-se a equipamentos que ainda serão instalados. (ii) Referem-se a materiais destinados à reposição do imobilizado em serviço. A Companhia considera essas taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução ANEEL nº 282, de 26 de julho

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES

Arrecadação

Rendimento de aplicações financeiras

Outras Receitas

Fornecedores - Materiais e serviços

Fornecedores - Energia elétrica

Salários e encargos sociais

Impostos e contribuições

Juros Empréstimo

Outras despesas

RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição de imobilizado

RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO



HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.
CNPJ: 08.596.628/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equipamentos; e g) penhor de 51% das ações da Companhia. O financiamento foi obtido para viabilizar a implantação do empreendimento, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como agentes repassadores dos recursos o Banco do Brasil S.A. e o Unibanco S.A., hoje Itaú Unibanco S.A. São corrigidos com juros de 2,55% a.a. acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), devendo ser liquidado em 132 parcelas, tendo sido a primeira com vencimento em 15 de maio de 2009 e a última em 15 de abril de 2020. De acordo com a NBC TG 40 (R3): Instrumentos Financeiros: Evidênciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 684/2012, foi analisada a situação do contrato de financiamento não tendo sido identificado nenhum descumprimento de *covenant* ou atraso de qualquer espécie, que permita aos Agentes Financeiros exigir o pagamento antecipado do saldo devedor. (d) **Pagamento antecipado da dívida** - A Administração da Companhia, por questões estratégicas, decidiu por liquidar antecipadamente o Contrato de Financiamento, utilizando-se da faculdade prevista no mesmo, e para tanto efetuou em 24 de janeiro de 2018 a quitação do saldo devedor ao Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 12.945, e ao Itaú Unibanco S.A. o valor de R\$ 3.267, totalizando o valor de R\$ 16.212. Após a quitação foram extintas todas as obrigações financeiras e não financeiras previstas no Contrato.

13. CONTINGÊNCIAS
A administração, de acordo com a NBC TG 25 (R2), adota o procedimento de classificar como provável, possível ou remota as causas imputadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos. A Companhia é ré subsidiária em reclamação trabalhista movida por ex-colaborador da prestadora de serviços Enxex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., ajuizada em 07 de fevereiro de 2017, no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pleiteando complemento de verbas trabalhistas que alega ter direito, com valor originário da causa de R\$ 106, sendo o valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 129, estando o processo em fase de instrução. O processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível, e por esse motivo não foram registrados valores nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018. A Companhia é ré subsidiária em reclamação trabalhista movida por ex-colaborador da prestadora de serviços Enxex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., ajuizada em 14 de fevereiro de 2017, no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pleiteando complemento de verbas trabalhistas que alega ter direito, com valor originário da causa de R\$ 280, sendo o valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 342, estando o processo em fase de instrução. O processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível, e por esse motivo não foram registrados valores nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018. A Companhia é ré em Ação Ordinária de Indenização movida por grupo de pescadores, ajuizada em 27 de outubro de 2014 na Comarca de Aimorés (MG), que alegam terem sido afetados pela Companhia, com valor originário da causa de R\$ 325, estando o processo em fase de pericia técnica. O processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível, e por esse motivo não foram registrados valores nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018. A Companhia é ré em Ação Ordinária de Indenização movida por um segundo grupo de pescadores, ajuizada em 19 de dezembro de 2016 na Comarca de Aimorés (MG), que também alegam terem sido afetados pela Companhia, com valor originário da causa de R\$ 754, estando o processo concluso para análise de provas. O processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível, e por esse motivo não foram registrados valores nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é de R\$ 35.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias de Classe A e B, nominativas sem valor nominal, todas com preço de emissão fixado a R\$ 1,00 (um real).

Ações ordinárias Classe A	Ações ordinárias Classe B	Total
Quantidade	Quantidade	R\$
17.850.000	17.150.000	35.000

Demonstramos a seguir a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Quantidade	Porcentagem %
Santa Maria Energética S.A.	17.850.000	51,00%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	17.150.000	49,00%

(b) **Reserva Legal** - Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Considerando que no exercício de 2017 a Reserva Legal atingiu tal limitação, a destinação para a Reserva não foi realizada no exercício de 2018. (c) **Reserva de retenção de lucros** - O valor da reserva de retenção de lucros refere-se a parcela remanescente do lucro líquido de exercícios anteriores e do próprio exercício de 2018, cuja destinação ainda depende de deliberação pela assembleia geral de acionistas. (d) **Ajustes de exercícios anteriores** - No ano de 2018, a Companhia foi informada por mensagem eletrônica enviada pela empresa Cemig Distribuição S.A., de que a Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica - NFCE nº 826514, emitida em 08 de maio de 2012, com valor de R\$ 463, referente ao ICMS incidente sobre a TUSD não cobrado anteriormente, lançada em nosso passivo circulante no exercício de 2012, havia sido cancelada. O ajuste deste valor contabilizado em 2012, foi realizado no mês de julho de 2018, e devido à sua natureza foi registrado em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

15. DIVIDENDOS
O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976. Os dividendos propostos foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	20.078	20.791
Constituição da reserva legal	-	(841)
	20.078	19.950
Dividendos mínimos obrigatórios:		
Ações ordinárias Classe A	2.560	2.543
Ações ordinárias Classe B	2.459	2.444
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	5.019	4.987

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A Composição do fornecimento de energia elétrica pode ser assim demonstrada:

17. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	2018	2017
Receita Operacional Bruta	2018	2017
Energia Elétrica	42.173	43.437
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	12.466	878
Outras Receitas - CCEE	592	387
	55.231	44.702

	2018	2017
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(361)	(292)
COFINS	(1.667)	(1.346)
ICMS	(2.946)	(3.839)
TFSEE	(69)	(69)
	(5.043)	(5.546)
	50.188	39.156

Receita Operacional Líquida

	2018	2017
Custo da energia vendida		
Pessoal	233	569
Material	123	2
Serviços de terceiros	2.802	139
Depreciação	2.758	5
Arrendamento e alugueis	102	42
Seguros	69	1
Tributos	22	3
Energia El. Comprada p/ Revenda	20.629	-
TUSD	1.616	-
Outras Despesas	174	25
	28.528	786
	21.660	17.796

O aumento da conta Energia El. Comprada p/ Revenda no exercício de 2018 é decorrente do cenário de escassez hídrica que atingiu o país, impactando diretamente as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, causando a redução do Generation Scheduling Factor - GSF (GSF<1) e a consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD da CCEE, em relação ao exercício de 2017. Com o intuito de mitigar parcialmente esses efeitos foram realizadas compras de energia no mercado, que quando liquidadas na CCEE absorveram, parcialmente, os impactos a que fomos expostos, sendo tal liquidação reconhecida no âmbito da Receita Operacional Bruta.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.262	3.962
Outras Receitas Financeiras	330	173
	1.592	4.135

Despesas Financeiras

	2018	2017
Encargos de Dívidas (ver Nota 12)	(156)	(1.937)
Outras Despesas Financeiras	(13)	(8)
	(169)	(1.945)
	1.423	2.190

Resultado financeiro líquido

Aos Acionistas e Administradores da HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A. Pocrane, MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança**

sobre as demonstrações contábeis - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará de eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

A redução da Renda de Aplicação Financeira entre os exercícios de 2017 e 2018 deve-se à diminuição do volume de Caixa existente em virtude da realização da liquidação antecipada do financiamento, bem como ao pagamento dos dividendos complementares dos exercícios de 2014 a 2017 que estavam retidos devido à dependência da anuência prévia dos agentes financeiros.

19. IMPOSTO DE RENDAS CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(a) **Imposto de renda do exercício** - O valor registrado como despesa de Imposto de Renda nas demonstrações contábeis foi calculado conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica	55.231	44.702
Percentual de presunção (8%)	4.418	3.576
Outras receitas	1.593	4.135
Base de cálculo	6.011	7.711
Alíquota de 15%	902	1.157
Adicional de 10%	577	747
Total de IRPJ	1.479	1.904

(b) **Contribuição social do exercício** - O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas demonstrações contábeis foi calculado conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica	55.231	44.702
Percentual de presunção (12%)	6.627	5.364
Outras receitas	1.593	4.135
Base de cálculo	8.220	9.499
Alíquota de 9%	740	855
Total de CSLL	740	855

20. SEGUROS - NÃO AUDITADO
A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As coberturas de seguros contratadas são:

Seguradora	Ramo	Limite de Indenização
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Fator Seguradora S.A.	Riscos Operacionais	R\$ 76.084
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 15.000
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Escritórios	
	Cobertura de incêndio, raio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 150
	Roubo de bens e danos elétricos	R\$ 90

21. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA
Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia.

Ângelo André Bosi - Diretor Administrativo Financeiro
Roberto Alves Barrio - Diretor Técnico Comercial
Robson Gomes da Cunha - Contador - CRC/ES-011009/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 073/2019
PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 028/2019
Aviso: PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 028/2019 - PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 073/2019, cujo objeto consiste na **Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, para manutenção e serviços afetos nos cemitérios urbanos e rurais municipais de Itabira, Ipoema e Senhora do Carmo.** Recebimento dos envelopes de propostas e habilitação: dia **02/05/2019, às 10:00 horas** no Auditório da Prefeitura Municipal de Itabira/MG. O edital poderá ser retirado pelo e-mail: contratositabira@yahoo.com.br.
Itabira, 17 de abril de 2019.
Maria Regina Silva Oliveira Camilo
Secretária Municipal de Administração

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A
CNPJ: 29.532.071/0001-17

Relatório da Administração:
Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SPE Transmissora de Energia Linha Verde II ("Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social de 2018. A Companhia tem como objeto social principal a prestação de serviços de implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica. No ano de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 08/2018 ("Contrato") com a União, cujo objeto é a implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 189 km, com origem na Subestação Governador Valadares 6 e término na Subestação Itabira 5. Desde então, a Companhia vem exercendo suas atividades de modo a cumprir o objeto do referido Contrato. No ano de 2018 a Companhia não auferiu receita, não houve apuração de lucro e consequentemente não haverá distribuição de dividendos aos acionistas. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas e fornecedores, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. A Administração.

Balanco Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2018 (Em reais)			
	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.334	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-
Clientes	-	9.932	-
Tributos a recuperar	-	-	-
Outros créditos	155.892	-	-
	159.226	-	-
Não circulante			
Impostos Diferidos	-	157.872	157.872
Ativo de Contrato	1.393.402	-	-
Outros créditos	614.597	-	-
	2.007.999	-	-
	2.167.225	-	-
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	-	603.098	-
Obrigações trabalhistas	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
	-	613.030	-
Não circulante			
Impostos Diferidos	-	157.872	157.872
Patrimônio Líquido	-	-	-
Capital social	-	1.000.638	-
Capital a integralizar	-	-	-
Reservas de Capital	-	461.910	-
Resultado do Período	-	(66.226)	-
	-	1.396.322	-
	-	2.167.225	-

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Scott Wells Queiroz - Diretor Presidente
Alicione Aparecida Ferreira Barreto - CRC - MG 120479/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 007/2018 - PRC: 23034.015341/2018. Ata de abertura: Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e noventa e três (Dez horas), na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Luz, sita à Av. Laerton Paulinelli, 153 - Bairro Monsenhor Parreiras em Luz/MG, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Luz, nomeada pelo Decreto nº 2.644/19 de 22/03/19, para Adesão a Ata de Registro de Preço 007/2018, Processo Administrativo nº 23034.015341/2018, cujo objeto tratado: "Aquisição de 1 (Um) ônibus escolar rural, modelo ORE 1, de acordo com adesão ao Registro de Preço do FNDE, Ata 7 e 8/2018, e Pregão 19/2017, Termo de Compromisso PAR nº 10086". Aberta a sessão, foi conferida a documentação e a CPL decidiu pela Adesão a referida Ata de Registro de Preço. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e digitada a presente Ata que lida e achada conforme segue será devidamente assinada por mim e demais membros da Comissão.
Luz/MG, 16 de abril de 2019
Vanusa C. de Oliveira Brito
Presidente da CPL

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A
CNPJ: 29.568.539/0001-23

Relatório da Administração:
Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SPE Transmissora de Energia Linha Verde I ("Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social de 2018. A Companhia tem como objeto social principal a prestação de serviços de implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica. No ano de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 07/2018 ("Contrato") com a União, cujo objeto é a implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão Governador Valadares 6 - Mutum, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 165 km, com origem na Subestação Governador Valadares 6 e término na Subestação Mutum. Desde então, a Companhia vem exercendo suas atividades de modo a cumprir o objeto do referido Contrato. No ano de 2018 a Companhia não auferiu receita, não houve apuração de lucro e consequentemente não haverá distribuição de dividendos aos acionistas. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas e fornecedores, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. A Administração.

Balanco Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2018 (Em reais)			
	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.839	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-
Clientes	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	-
Outros créditos	-	152.257	-
	-	154.097	-
Não circulante			
Ativo de Contrato	-	820.271	-
Outros créditos	-	600.269	-
	-	1.420.539	-
	-	1.574.636	-
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	-	122.870	-
Obrigações trabalhistas	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	-	-
Outras contas a pagar	-	2.188	-
	-	125.058	-
Não circulante			
Impostos Diferidos	-	92.937	92.937
Patrimônio Líquido	-	-	-
Capital social	-	750.313	-
Capital a integralizar	-	-	-
Reservas de Capital	-	638.000	-
Resultado do Período	-	(31.671)	-
	-	1.356.642	-
	-	1.574.636	-

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Scott Wells Queiroz - Diretor Presidente
Alicione Aparecida Ferreira Barreto - CRC - MG 120479/O-3

EXTRATO PUBLICAÇÃO:
A Irmandade de Nossa Senhora da Saúde de Diamantina torna pública a disponibilização, na presente data, no sítio eletrônico do CER Diamantina (www.cerdiamantina.com.br), sua filial, **Carta Cotação nº 002/2019**, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos para a Reabilitação Auditiva do CER de Diamantina.

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária
A Cooperativa dos agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria (COOPERSAM) CNPJ: 07.327.110/0001-01, por meio de seu presidente, abaixo assinado, e conforme o estatuto social em seus artigos 21 e 23 com seus parágrafos, convoca todos os seus cooperados e cooperadas em dias com suas obrigações sociais e em condição de pleno gozo de seus direitos cooperativos a se fazerem presentes à assembleia geral ordinária que será realizada no dia 27 de abril de 2019 às 14:00 (quatorze horas), na sede rural, situada na fazenda Santa Maria, Km 18, Estrada Rio Pardo de Minas à Fazenda de Santa Maria, em

FEDERACAO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

1/2

Caros Amigos,
No segundo semestre de 2018 assumimos direção da Federação Mineira de Futebol – FMF com a missão de garantir continuidade ao trabalho de modernização da nossa Entidade, logo, de permanecer fortalecendo a prática do futebol em todo o Estado de Minas Gerais. Conscientes de nossa responsabilidade, seguiremos firmes com o propósito de modernização da Entidade objetivando, assim, garantir a integração e satisfação de nossos filiados e torcedores de todo Estado. Embalados e comprometidos com a reestruturação da Federação Mineira de Futebol – FMF implantada pela antecedente gestão – administração, diga-se de passagem, responsável pela inauguração da inclusão dos filiados e parceiros da Entidade através da adequação, informatização e desburocratização dos processos suficientes a resguardar a sua grandeza como ator da administração do futebol no Estado de Minas Gerais –, dando sequência a esta importante experiência, já conseguimos incorporar ao desenvolvido trabalho as seguintes propostas: I) o licenciamento virtual dos filiados; II) a digitalização dos pagamentos, com a implementação das cobranças de taxas

por meio de boletos bancários; III) a publicação do aplicativo da Entidade, o que permitiu engajar ainda mais nossos filiados, ampliando o acesso destes ao sistema de gestão da Entidade; tudo permitindo que os clubes se mantenham em situação regular frente a FMF. Ainda, no que toca aos procedimentos de desburocratização do sistema, é importante relembrar que, no curso de 2018, atuamos estreitamente junto aos presidentes das entidades filiadas, assim como junto a Confederação Brasileira de Futebol – CBF com objetivo planejar e organizar nossas competições e seus respectivos calendários de forma a permitir não só o fortalecimento do futebol profissional, mas, igualmente, de fomentar a prática do futebol não profissional, ambos coordenados nas Minas Gerais por esta Entidade. A administração, direção, controle, fomento, difusão, incentivo e melhoria da prática do futebol em Minas Gerais passou a receber um tratamento especial de nossa equipe, legado que nos foi transferido pela gestão passada e afeiçoado por nossos filiados. A atualização e modernização da prática do esporte está sendo experimentalmente, especialmente, através dos investimentos dispensados na capacitação de nossa Comissão de Arbitragem,

CARTA DO PRESIDENTE

logo, dos árbitros que a compõe, profissionais estes que se mantêm em constante treinamento e capacitação junto a Escola Mineira de Arbitragem. Neste contexto, não poderíamos deixar de exaltar a implantação do VAR (video assistant referee) no Campeonato Mineiro do Módulo I, ponto alto da competição, que a consagrou como a mais moderna e elogiada do País, tanto por seu formato de disputa; quanto pela estrutura disponibilizada aos filiados participantes; assim como, pela confiança e transparência empregada na tomada de decisões nas partidas. Aliado a todo o anunciado, como não poderia ser diferente, o futebol não profissional, sobretudo o futebol de base e o amador, está cada vez mais fortalecido, ocupando um espaço de destaque nacional. Isto porque, não só anunciamos, mas implementamos investimentos importantes e suficientes à organização das competições do futebol não profissional em todo o Estado de Minas Gerais, inclusive, privilegiando o desenvolvimento das categorias sub-14, sub-15, sub-17 e sub-20, tudo com objetivo de garantir um nívelamento das competições. A Taça BH teve sua maior edição em 2018, razão pela qual se consolidou, sem sobra de dúvidas, como a maior competição sub-17 do mundo. O futebol amador

foi contemplado com a criação do tão sonhado Campeonato Mineiro de Futebol Amador, competição que conta a participação de 48 (quarenta e oito) equipes filiadas espalhadas por todas as regiões do Estado de Minas Gerais, o que lhe confere a chancelada de uma das maiores competições não profissionais do país. Sem contar que a Federação Mineira de Futebol – FMF continua fomentando o futebol junto às suas ligas filiais, além de apoiar tradicionais competições mineiras, seja a Copa Itatiaia e o Torneio Corujão. Para 2019, seguiremos com grandes planos, pelo que apoiaremos incondicionalmente todas as nossas equipes filiadas, seja da capital ou interior, lhes possibilitando não só ocupar uma posição de destaque em todos os torneios que disputarão, mas para que possam disputar os títulos destas competições, a exemplo do sucesso obtido nos últimos anos. Reforcamos o compromisso de atuar, incessantemente, em prol do crescimento do futebol em Minas Gerais, buscando melhorias e alternativas para que todos os filiados possam exercer suas atividades com excelência, e garantindo que o futebol mineiro continue sendo referência em nível nacional. Atenciosamente, **Adriano Guilherme de Aro Ferreira**.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1)			
ATIVO	Exercício findo em		
	Nota	31.12.18	31.12.17
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes	3	12.182	4.615
Clubes filiados	4	3.228.161	2.382.464
Adiantamentos		12.400	18.269
Contas a receber	5	1.670.439	1.240.576
Tributos a recuperar/compensar		6.019	1.251.562
Despesas antecipadas		8.500	-
		<u>4.937.701</u>	<u>4.897.486</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável longo prazo			
Títulos de capitalização	3	264.155	259.857
Depósitos judiciais	9	156.443	83.599
		<u>420.598</u>	<u>343.456</u>
Investimentos			
Imobilizado	6	340.060	217.475
Intangível		3.002	3.002
		<u>343.562</u>	<u>220.977</u>
Total do Ativo		5.701.861	5.461.919

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Exercício findo em		
	Nota	31.12.18	31.12.17
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		817.094	-
Fornecedores		200.314	181.056
Obrigações sociais		365.568	160.336
Obrigações tributárias		103.854	33.451
Obrigações tributárias - Parcelamento	7	510.570	545.393
Contas a pagar		1.764.230	1.849.092
Receita a Realizar	8	1.529.616	1.542.680
Outras obrigações		271.153	684.431
		<u>5.562.399</u>	<u>4.996.439</u>
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações tributárias - Parcelamento	7	8.532.736	9.027.592
Provisão para passivos contingentes	9	1.378.692	1.370.692
		<u>9.911.428</u>	<u>10.398.284</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Déficit acumulado		(9.771.966)	(9.932.804)
		<u>(9.771.966)</u>	<u>(9.932.804)</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		5.701.861	5.461.919

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT (Em R\$ 1)			
RECEITAS OPERACIONAIS	Exercício findo em		
	Nota	31.12.18	31.12.17
	10	12.679.680	13.229.490
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	11	(5.066.635)	(4.283.023)
Operacionais de jogos	12	(4.480.205)	(4.179.848)
Gerais e Administrativas	13	(2.310.992)	(2.523.077)
Utilidades e serviços	14	(1.061.418)	(982.590)
Despesas tributárias	15	(56.101)	(72.172)
Outras despesas	16	(130.446)	(640.860)
Depreciação		(29.298)	(45.469)
		<u>(13.135.095)</u>	<u>(12.727.039)</u>
SUPERÁVIT OPERACIONAL		(455.415)	502.451
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	1.285.794	587.462
Despesas financeiras	17	(669.541)	(587.378)
		<u>616.253</u>	<u>84</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		160.838	502.535

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) (Em R\$ 1)

Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados		Total
	Social	Acumulados	
Saldo em 31.12.16		(10.484.962)	(10.484.962)
Ajustes de exercícios anteriores		49.623	49.623
Superávit do exercício		502.535	502.535
Saldo em 31.12.17		(9.932.804)	(9.932.804)
Superávit do exercício		160.838	160.838
Saldo em 31.12.18		(9.771.966)	(9.771.966)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), restando 20 parcelas, sendo o último vencimento previsto para outubro de 2035. ii. Débitos que datam desde 1999, parcelados através do Programa de Regularização Tributária (PERT), restando 133 parcelas, sendo o último vencimento previsto para janeiro de 2030. 8. **RECEITAS A REALIZAR**: Referem-se a determinado percentual de participação pertencente à Federação sobre os contratos de patrocínio recebidos antecipadamente ao período de vigência do contrato. Esses valores não são tratados como receita do período em que foram recebidos, mas sim como adiantamentos recebidos de patrocinadores a serem transferidos para receita quando incorridos, pelo regime de competência, não estando sujeitos à devolução por cancelamento da transação.

	31.12.18	31.12.17
• Patrocínio campeonato mineiro 2019 (i)	1.445.616	1.542.680
• Anuidades (ii)	84.000	-
Soma - R\$1	<u>1.529.616</u>	<u>1.542.680</u>

A receita com o patrocínio do Campeonato Mineiro 2019 é apropriada proporcionalmente ao prazo de realização do mesmo. ii. Anuidade de filiados, referentes a 2019, recebidas antecipadamente. 9. **DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS**: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos, conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, a saber:

	31.12.18	31.12.17
• Reclamatórias Trabalhistas	658.596	650.595
• Reclamatórias Cíveis	720.096	720.097
Soma - R\$1	<u>1.378.692</u>	<u>1.370.692</u>

Abaixo, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o exercício de 2018:

	31.12.18	31.12.17
• Saldo em 31.12.17		1.370.692
• Constituição		10.000
• Reversões e baixas		(2.000)
Saldo em 31.12.18		<u>1.378.692</u>

Os saldos de depósitos judiciais referem-se em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas. 10. **RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de abatimentos, como segue:

	31.12.18	31.12.17
• Receita com campeonatos (i)	2.814.403	2.833.472
• Taxas (ii)	2.234.857	2.011.767
• Patrocínios (iii)	2.783.616	2.443.373
• Publicidade (iv)	1.883.985	1.830.000
• Doações (v)	900.000	975.000
• Recadastramento anual (vi)	505.350	335.550
• Multas/Taxas TJD (vii)	183.650	154.724
• Jogos comerciais	5.388	673
• Futebol amador	7.120	4.550
• Receita com arbitragem	1.207.565	1.200.213
• Não operacionais	-	624.103
• Outras	153.748	816.066
Soma - R\$1	<u>13.229.680</u>	<u>13.229.490</u>

Renda de jogos - A receita proveniente de bilheteria refere-se a 5% do total arrecadado de bilheteagem nas competições realizadas de âmbito nacional e 10% nos estaduais, sendo reconhecida pelo regime de competência na realização do evento/partida; (ii) Taxas de registro, transferência e rescisão de clubes e atletas - A receita proveniente da negociação de atletas refere-se às taxas de transferência entre clubes quando os jogadores são transferidos para Estados diferentes. Além disso, no caso de transferência de jogadores do mesmo Estado para Clubes distintos, são cobrados valores de rescisão e recadastramento. Em todos os casos, a receita é reconhecida pelo Regime de Competência; (iii) Contratos de patrocínio - Os valores provenientes de receita de patrocínio referem-se aos contratos firmados com as empresas para a divulgação de suas marcas e logos nas competições ocorridas nos estádios de futebol. Geralmente, a divulgação das empresas é realizada através de placas que ficam localizadas nos campos em que as partidas ocorrem, dando ao espectador maior visibilidade e acesso ao material divulgado; (iv) Publicidade, direitos televisivos e comerciais - A receita é reconhecida de acordo com o período de vigência de cada contrato, pelo regime de competência. Os direitos comerciais e televisivos referem-se aos valores pagos pelos canais de televisão nos quais as partidas são transmitidas em rede nacional e/ou estadual; (v) Doações (Auxílio CBF - Programas de Auxílio Financeiro) - Conforme Nota 4.iii; (vi) Recadastramento Anual - Trata-se de valores recebidos dos Clubes, para manutenção de seu cadastro junto à FMF, possibilitando que os mesmos possam participar dos diversos campeonatos organizados pela Entidade; (vii) Multa do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) - As receitas provenientes do TJD referem-se principalmente às penalidades aplicadas aos Clubes; 11. **DESPESAS COM PESSOAL**: O plano salarial e de benefícios da administração da Entidade seguem os mesmos critérios para todas as remunerações dos funcionários e dirigentes.

	31.12.18	31.12.17
Despesas com salários	2.839.730	2.396.342
Despesas com encargos	1.656.648	1.424.354
Despesas com férias	324.886	258.412
Despesas com 13º salário	245.371	203.915
Soma - R\$1	<u>5.066.635</u>	<u>4.283.023</u>

12. **DESPESAS OPERACIONAIS DE JOGOS**: Com o intuito de uma melhor apresentação, os valores das despesas com jogos podem ser assim detalhados:

	31.12.18	31.12.17
Arbitragem	1.411.825	1.595.437
Quadro móvel	57.600	132.656
Contratados	140.983	-
Eventuais	177.863	312.910
INSS	334.969	262.942
Ingressos	537.535	254.910
Troféus e medalhas	241.764	236.358
Taça Belo Horizonte de Futebol Júnior	262.925	80.913
Publicidade	369.796	284.184
Filmagens	174.730	-
Repasso aos filiados	410.864	513.210
Hospedagem	112.916	-
Outras despesas de jogos	246.435	506.328
Soma - R\$1	<u>4.480.205</u>	<u>4.179.848</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$ 1)		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Superávit do exercício	160.838	502.535
Ajustes de exercícios anteriores	-	49.623
Depreciação	29.298	45.469
Superávit ajustado	190.136	597.627
Redução (aumento) de Ativos		
Clubes filiados - Ativos	(845.698)	(613.555)
Adiantamentos	5.869	(1.769)
Contas a receber	(429.863)	(915.577)
Tributos a recuperar/compensar	1.245.544	(1.251.562)
Títulos de capitalização	(4.298)	(6.370)
Despesas antecipadas	(8.500)	-
Depósitos judiciais	(72.844)	(27.948)
Fornecimento (redução) de Passivos		
Fornecedores	(65.603)	(62.221)
Obrigações sociais	205.232	16.483
Obrigações tributárias	70.403	8.080
Obrigações tributárias - Parcelamento	(529.679)	478.630
Outra obrigações	(413.278)	462.020
Provisão para passivos contingentes	8.000	(475.733)
Receita a realizar	(13.064)	1.477.680
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(657.644)	(314.215)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	(500)
Aquisições de imobilizado	(281.573)	(8.091)
Baixas de imobilizado	129.690	1.500
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(151.883)	(7.091)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos	817.094	-
Caixa gerado nas atividades de investimento	817.094	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e Equivalentes no início do exercício	7.567	(321.306)
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	12.182	4.615
Aumento (Redução)	4.615	(321.306)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

13. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**: Os saldos registrados no grupo de despesas gerais e administrativas referem-se aos valores provenientes de relacionamento com os filiados, serviços tomados e demais taxas pagas pela Federação no exercício.

	31.12.18	31.12.17
Alimentação	210.690	127.425
Informática	222.273	221.825
Locações diversas	156.563	168.536
Promoções e eventos	131.345	364.851
Serviços de pessoa jurídica	961.453	1.134.726
Viagens/transportes/hospedagem	560.253	458.622
Outras	68.414	47.092
Soma - R\$1	<u>2.310.992</u>	<u>2.523.077</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

	31.12.18	31.12.17
Condomínio, aluguéis e taxas	510.235	505.893
Veículos	56.399	39.523
Conservação e reparos	88.963	64.187
Telefone e internet	87.987	113.368
Energia elétrica	46.944	48.387
Vigilância e monitoramento	64.729	75.983
Despesa com gráfica	53.809	35.065
Fretes e carretos	22.914	22.255
Despesas com Futebol Amador	22.949	-
Outras	106.489	77.659
Soma - R\$1	<u>1.061.118</u>	<u>982.590</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

	31.12.18	31.12.17
IPU	20.665	24.497
IPVA	4.372	1.902
IRRF/IOF	25.703	37.856
Taxas municipais	2.030	1.980
Taxa de incêndio	1.331	985
Diversos	2.000	4.953
Soma - R\$1	<u>56.101</u>	<u>72.172</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

	31.12.18	31.12.17
Constituição líquida de PCLD (nota 4)	63.044	438.575
Provisões com processos trabalhistas	11.772	200.000
Outras	55.630	2.285
Soma - R\$1	<u>130.446</u>	<u>640.860</u>

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL (CNPJ/MF N. 17.405.747/0001-22)

O Conselho Fiscal da Federação Mineira de Futebol, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da entidade e no parecer sem ressalvas emitido pela Fernando Motta & Associados, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral. Belo Horizonte, 10 de abril de 2019. **André Ricardo de Moura Lima Jeha; Felipe Lima Assunção Menezes; Eduardo Ferreira Biondi Pinheiro; Gustavo de Alvarenga Batista; Yale Silva Portugal; Mateus Rodrigues Silva.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - Belo Horizonte, MG - 1. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. **3. Ênfases:** De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam as seguintes ênfases de nossa parte, as quais não modificam a nossa opinião, já

substantiada no tópico anterior: a) A Entidade apresentou, na posição de 31 de dezembro de 2018, passivo a descoberto de R\$9.772 mil (R\$9.993 mil em 2017) e insuficiência de capital de giro de R\$3625 mil (R\$999 mil em 2017), revelando a necessidade da geração de superávits futuros e outras medidas para assegurar o seu reequilíbrio operacional e a manutenção de suas atividades, pressupostos nos quais foram elaboradas as presentes demonstrações contábeis. b) A Entidade responde por processos cíveis e tributários e sua Administração considera que os valores já provisionados são suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos processos. **4. Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório sobre as mesmas, datado de 05 de março de 2018, enfatizou os mesmos assuntos mencionados no tópico anterior. **5. Responsabilidades da Administração e da Governança:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **6. Responsabilidades do Auditor:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; b. Obtivemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e. e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 08 de abril de 2019. **FERNANDO MOTTA AUDITORES - CRCMG - 12.557; Fernando Campos Motta - Contador CRCMG - 91.109**

LEILÃO DE 14 IMÓVEIS
Online
Data do Leilão: 26/04/2019 a partir das 13h30

À VISTA 10% DE DESCONTO • APARTAMENTOS • CASAS • COMERCIAIS • TERRENOS

IMÓVEIS EM ALAGOAS • AMAZONAS • CEARÁ • MARANHÃO • MINAS GERAIS • PARANÁ • PERNAMBUCO • RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

LOTE 04 - SALA Nº 507 NOVA LIMA/MG - VILA DA SERRA
Rodovia MG-030, 9.339. Estação Nova Lima - Torre 02. Área priv. total 38,37m². Matr. 63.869 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 209.900,00 **DESOCUPADO**
Mínimo à vista: R\$ 188.910,00

LOTE 05 - TERRENO C/ 480,00M² FORMIGA/MG FURNAS IATE CLUBE
Alameda Ficus, It. 28 qd. 12. Matr. 51.642 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 59.900,00
Mínimo à vista: R\$ 53.910,00

LOTE 06 - TERRENO C/ 480,00M² FORMIGA/MG FURNAS IATE CLUBE
Alameda Ficus, It. 29 qd. 12. Matr. 51.643 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 59.900,00
Mínimo à vista: R\$ 53.910,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 1.480.216 em 16/04/2019 e 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 347.232 em 11/04/2019. Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman - Jucesp 719.

MAIS INFORMAÇÕES: (11) 2388-8283 | BANCO.BRADESCO/LEILOES | WWW.ZUKERMAN.COM.BR

ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL TRÊS BARRAS CONVOCA PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DATA: 18 de MAIO de 2019.
HORÁRIO: Às 08:30h.
LOCAL: CDL Lagoa Santa - Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 466 - Centro - Lagoa Santa/MG.

Frederico Nogueira Toledo
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 110/18 - PP 53/18 - Aquis. combustíveis - 1º Aditivo
Ata SRP 64/18 - Reduz vr. Diesel comum p/ R\$ 3,89 - Art. 65, inc. II, d, L. 8.666/93.
Proc. 30/18 - PP 17/18 - Fornecimento de uniformes - 1º Aditivo
a Ata SRP 28/18 - RETIFICAÇÃO Hoje em Dia, 12/4/19, p. 22, onde se lê R\$ 12.495,00, LEIA-SE R\$ 16.750,00.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
AVISO DE ALTERAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2019

OBJETO: Aquisição de kit escolar (composto por duas camisetas). O pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que diante dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelas empresas NAYR CONFECÇÕES LTDA e NILCATEX TEXTIL LTDA, e no teor do memorando 1271/2019 da SMERefereente ao Processo de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº157/2019, cuja abertura está marcada para 22/04/2019, haverá alteração da data de abertura da Sessão, uma vez que não há tempo hábil para as respostas e devidas adequações necessárias no Edital. A quem possa interessar, comunicamos que o detalhamento das alterações será disponibilizado posteriormente no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações. Informamos ainda, a nova data de abertura com agendamento da sessão pública na internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 16/05/2019 no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Uberlândia, 17 de abril de 2019. **JAIRO REIS DE FARIA - PREGOIEIRO**

SANCOFFEE COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFES ESPECIAIS SANTO ANTONIO ESTATE COFFEE LTDA.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ: 05.067.427/0001-20 NIRE: 3140004412-4

O Diretor Presidente da Sancoffee-Cooperativa dos Produtores de Cafés Especiais Santo Antonio Estate Coffee Ltda., no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 21º do Estatuto Social convoca os seus cooperados, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 03 de maio de 2019, na sede da Fazenda Arco Irco, s/n, zona rural em Santo Antônio do Amparo-MG, CEP: P. 262-000, às 14:00 horas em primeira convocação necessitando a presença de 2/3 dos cooperados, e às 15:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais um dos cooperados, e às 16:00 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo de 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre a seguintes ordens do dia:

1 - Aprovação do aumento do capital social da Cooperativa, e conseqüente alteração do artigo 15º (décimo quinto) de seu Estatuto Social;
Numero de Cooperados nesta data: 20 (vinte).

Santo Antônio do Amparo, 16 de abril de 2019.
Henrique Dias Cambraia
Diretor-Presidente

CSN MINERAÇÃO S.A.
CNPJ/MF 08.902.291/0001-15 - NIRE 31300025144
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 01 de Abril de 2019

1. **Data, hora e local:** 01 de abril de 2019, às 10 hs, na sede da CSN Mineração S.A. localizada na Estrada Casa de Pedra, s/n, parte, Zona Rural, na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais, CEP 36415-000. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa:** Presidiu a reunião o Sr. David Moise Salama, que convidou a Sra. Seung Hee Han para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2018. 5. **Deliberações:** Com base no entendimento de todos os participantes presentes, as seguintes matérias foram discutidas e aprovadas, por unanimidade de votos dos acionistas da Companhia: 5.1. Aprovada a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido ao conhecimento dos acionistas sobre o conteúdo dos referidos documentos. 5.2. Aprovadas as Demonstrações Financeiras, publicadas no dia 29 de março de 2019 no Jornal Hoje em Dia Belo Horizonte (páginas 6 a 10) e no dia 30 de março de 2019 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (páginas 23 a 29 do Caderno 2), ficando todos os jornais arquivados na sede da Companhia. 5.3. Aprovada a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 1.061.836.826,42 (um bilhão, sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), da seguinte forma: (a) O montante de R\$ 53.091.841,32 (cinquenta e três milhões, noventa e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) será destinado à reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; e (b) O montante de R\$ 1.008.744.985,10 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) será distribuído aos acionistas, a título de dividendos, sendo R\$ 252.186.246,28 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 756.558.738,82 a título de dividendos adicionais, correspondendo ao valor de aproximadamente R\$ 5,57311814 por ação. Os dividendos cuja distribuição foi ora aprovada serão pagos pela Companhia aos acionistas nesta data (01 de abril de 2019), sem atualização monetária. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, que, tendo sido lida e aceita conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. David Moise Salama - Presidente, e Sra. Seung Hee Han - Secretária. Acionistas: Companhia Siderúrgica Nacional, representada por Marcelo Cunha Ribeiro; Japão Brasil Mineração de Ferro Participações Ltda., representada por Makoto Oishi; POSCO, representada por Natalia Cibele Correia da Silva; e China Steel Corporation, representada por Natalia Cibele Correia da Silva. 7. **Documentos Arquivados:** Ficam arquivados na sede da Companhia as Demonstrações Financeiras de 2018, com o Parecer dos Auditores Independentes e a Proposta da Administração. Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada no Livro de Registro de Assembleias Gerais da Companhia, arquivado em sua sede. Congonhas, 01 de abril de 2019. Seung Hee Han - Secretária. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico registro sob o nº 7260610 em 10/04/2019. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, torna público para conhecimento dos interessados que houve alteração no Edital 018/2019 - TP 002/2019, conforme retificação disponibilizada no site www.saoTiago.mg.gov.br. Tal retificação exclui a condição do Processo ser exclusivo à participação de no mínimo três ME/EPP e abre para a ampla concorrência, dando oportunidade à participação de qualquer empresa legalmente autorizada a atuar no ramo do objeto do Processo 026/2019. Como o instrumento convocatório prevê no Título 3, subitem 3.1.2 a possibilidade da participação de empresas de grande porte, ficam mantidos os prazos e horários para cadastro e recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta Comercial, conforme indicados no edital. São Tiago, 17/04/19. **Denilson S. Reis - Pref. Municipal.**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 055/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019 - do tipo "MENOR PREÇO",** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, ONCOLÓGICOS E CONTROLADOS,** mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 03/05/2019, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.**

MATERIDADE OCTAVIANO NEVES S/A
CNPJ.17.272.568/0001-64.
NIRE 3130003955-2.

Aviso De Disponibilidade Dos Documentos Da Administração. Ficam os acionistas da Maternidade Octaviano Neves S/A ("Companhia") avisados que os documentos elencados no art. 133 da Lei nº 6.404/76 referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 encontram-se-à disposição dos acionistas, na sede da Companhia (Rua Ceará nº 186, Sta. Efigênia, BH/MG), em 29 de março de 2019 a partir das 14 horas, podendo ser acessados de segunda a sexta-feira em horário comercial. Wander Moreira Soares. Diretor Presidente.

EDITAL DE DEFERIMENTO DE CHAPA REGIONAL CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 4ª REGIÃO (MG) AVISO DE CHAPAS APTAS À ELEIÇÃO.

O Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG), representado por sua Presidenta, Psicóloga Dalcira Ferrão, e a Comissão Regional Eleitoral nomeada pela Portaria nº 001/2019, tornam público o deferimento das chapas inscritas para concorrerem as eleições para os representantes deste Conselho, gestão 2019-2022, que, em conformidade com a Lei nº 5.766/71 e a Resolução CFP nº 016/2018, com a Consulta Nacional para indicação dos membros efetivos e suplentes do CFP, observados os requisitos estabelecidos pelo Regimento Eleitoral, de modo que o processo de votação ocorrerá, via web, conforme artigo 32 § 2º do Regimento Eleitoral, das 8 horas do dia 23 de agosto de 2019 às 17 horas do dia 27 de agosto de 2019; e; por meio dos locais de votação no dia 27 de agosto das 8 às 17 horas, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país. As chapas inscritas que concorrem às eleições são:

Chapa nº 11 Fortalecer a Profissão	Chapa nº 12 Frente Mineira da Psicologia
Integrantes	Integrantes
Hélcia Maria da Silva Veriato Teixeira	Lourdes Aparecida Machado
Kennya Rodrigues Nézio Azevedo	Anderson Nazareno Matos
Danielle Costa Capistrano Chaves	Evely Najjar Capdeville
Walkyria Sales	Suellen Ananda Fraga
Fátima Lúcia Caldeiro Brant de Oliveira	Renata Ferreira Jardim Miranda
Elisângela de Souza	Luiz Felipe Viana Cardoso
Carla Aparecida Pacheco	Fabrcio Junio Rocha Ribeiro
Valéria Lúcia Mol	Reinaldo da Silva Junior
Enrico Martins Braga	Carolina Siqueira Coutinho
Rogério de Oliveira Silva	Rita Cássia Araujo Almeida
Roberto da Silva Sales	Walter Melo Junior
Júlio Cesar Venâncio	Luciana Ribeiro Barbosa
Achilles Gonçalves Coelho Júnior	Cláudia Aline C. Espósito
Rodrigo Campos Comini	Paula Lins Khoury
Leonardo Abrahao Pires Rezende	Yghor Queiroz Gomes
Andréia Geraldo Batista	Camila Bahia Leite
Camila de Castro Barros Valicente	Rodrigo Padrini Monteiro
Carlos Luiz Souza	Jéssica Gabriella de Souza Isabel
Eder Lucio Ferreira da Costa	Larissa Amorim Borges
Francianny Bezerra Costa	Liliane Cristina Martins
José de Almeida Guedes	Maria de Lourdes Guimarães de Almeida Barros
Kelly Ramos dos Santos	Bruna Rocha Diniz de Almeida
Leandro Fernandes Malloy Diniz	Cristiane Santos de Souza Nogueira
Luciana Aparecida Silva dos Reis	Ted Nobre Evangelista
Nadja Nara de Moura Oliveira	Thiago Ribeiro de Freitas
Pablo Fernando Souza Martins	Luiz Henrique de Souza Cunha
Patrícia Miranda de Freitas	Elza Maria Gonçalves Lobosque
Sandro Severo Simões	Marleide Marques de Castro
Tatiana Capute Ponsancini	Camila Pereira Lisboa
Victor Polignano Godoy	João Henrique Borges Bento

As eleições se darão nas seguintes zonas eleitorais:
Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre e Uberlândia. **E os postos de votação serão instalados nos seguintes endereços:**
Belo Horizonte: Rua dos Timbiras, nº 1532 - 6º andar, bairro Lourdes, CEP: 30.140-061
Divinópolis: Rua Fortaleza, nº 34, 2º andar, bairro Bom Pastor, CEP: 35.500-198
Governador Valadares: Rua Peçanha, nº 374, salas 401 a 403, Centro, CEP: 35.010-160
Juiz de Fora: Av. Barão do Rio Branco, nº 2001, salas 1505 a 1508, Centro, CEP: 36.013-020
Montes Claros: Av. Dr. José Correa Machado, nº 1858, sala 202, bairro Melo, CEP: 39.401-850
Pouso Alegre: Av. Jaci Laraia Vieira, nº 106, Sl 101/102, bairro Jardim Guanabara, CEP: 37.554-082
Uberlândia: Av. Floriano Peixoto, nº 615, salas 302 a 304, Centro, CEP: 38.412-112
O voto dos profissionais de Psicologia é obrigatório. O Regimento Eleitoral (Resolução CFP 016/2018) encontra-se à disposição dos interessados no site do Conselho Federal de Psicologia (www.cfp.org.br) e na Sede deste Conselho Regional de Psicologia.
Belo Horizonte, 16 de abril de 2019
Dalcira Ferrão/Rodrigo Silva Franco
Presidenta do CRP-04 (MG) Presidente da Comissão Regional Eleitoral

LEILÃO DE 23 IMÓVEIS
Online
Data do Leilão: 26/04/2019 a partir das 14h00

À VISTA 10% DE DESCONTO • APARTAMENTOS • ÁREAS RURAIS • CASAS • COMERCIAIS • TERRENOS

IMÓVEIS NO MATO GROSSO • MINAS GERAIS • PARÁ • PERNAMBUCO • RIO GRANDE DO SUL • SANTA CATARINA • SÃO PAULO • TOCANTINS

LOTE 08 - ÁREA RURAL - ESMERALDAS/MG
Áreas rurais totalizando 150.379,22m², denominadas Capricim e Paneleiros, contendo galpões e outras benfeitorias. Av. Paraguai e Rua Um-A, nº 110 1) Área 1-B, com 65.031,95m². Matr. 38.668 do RI local. INCRÁ 426.067.015.792-6, NIRF 8.040.952-0; 2) Área 3-A, com 41.502,10m². Matr. 38.596 do RI local. INCRÁ 426.067.015.792-6, NIRF 8.040.952-0; 3) Área 3-B, com 43.845,17m². Matr. 38.596 do RI local. INCRÁ 428.116.030.570-7, NIRF 6.104.440-7. Consta averbado sob nº 1 na matrícula Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas, com 1,70 hectare. **Lance Mínimo: R\$ 2.472.000,00**
Mínimo à vista: R\$ 2.224.800,00

LOTE 09 - TERRENO C/ 5.601,86M² VIÇOSA/MG - SANTO ANTONIO
Rua Antônio Lopes Leis Valente, s/nº - Gleba 9-A. Matr. 45.287 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 429.900,00
Mínimo à vista: R\$ 386.910,00

LOTE 10 - CASA - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG - JD. SÃO JOSÉ
Rua Stela, nº 790 (It. B4-1-A-2). Áreas totais: terr. 250,00m² e constr. 216,62m². Matr. 29.994 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 119.900,00
Mínimo à vista: R\$ 107.910,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo nº 5.367.331 em 15.04.2019 e 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 347.589 em 16/04/2019. Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman - Jucesp 719.

MAIS INFORMAÇÕES: (11) 2388-8283 | BANCO.BRADESCO/LEILOES | WWW.ZUKERMAN.COM.BR

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 05/2019 - Processo Licitatório 009/2019.
O Município de Fortuna de Minas/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Aquisição de material odontológico a ser utilizado pela Equipe de Atenção Básica de Saúde. Sessão de recebimento dos envelopes 09/05/2019 com protocolo até às 08hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. ou gratuitamente através do site www.fortunademinas.mg.gov.br. Informações pelo (31) 3716-7111.

Luiz Carlos de Melo Guimarães, Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO PAL 054/2019 CO 005/2019

A Prefeitura Municipal de Araçuaí - MG, torna público nos termos das Leis 8.666/93, PAL 054/2019 Concorrência Pública 005/2019. Objeto: Concessão de permissão de exploração dos serviços de transporte de passageiros através de carros (taxis) de aluguel que prestarão referidos serviços em pontos a serem determinados através de decreto municipal. Abertura 23/05/2019, às 09:00 horas. Maiores Informações (33) 3731-3362 de 12:00 as 17:30 horas e-mail: licitacao@aracuai.mg.gov.br

SEST BH - SERRA VERDE - Aviso de Licitação - Concorrência Nº 003/2019 - O SEST - Serviço Social do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para "aquisição de 02 (dois) compressores, conforme termo de referência, em atendimento às necessidades da unidade A014, situada à Rua Dinorah Figueiredo Drumond - Serra Verde, nº 01 - CEP: 31.630-230 - Belo Horizonte - MG, cujo endereço será o mesmo para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e a documentação de habilitação no dia 03/05/2019 às 09:00h. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se à Unidade A, nº 14, Belo Horizonte, MG., em até 03 (três) dias antes da data acima mencionada, ou solicitar pelo e-mail: licitacao.a014@sestsenat.org.br. ASS. Comissão de Licitação

SEST BH - SERRA VERDE - Aviso de Licitação - Concorrência Nº 004/2019 - O SEST - Serviço Social do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para "Contratação de empresa especializada em Serviços de Monitoramento individual para Radiação Ionizante (Dosimetria Pessoal - 33 usuários) da Clínica Odontológica - Unidade Serra Verde", situada à Rua Dinorah Figueiredo Drumond - Serra Verde, nº 01 - CEP: 31.630-230 - Belo Horizonte - MG, cujo endereço será o mesmo para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e a documentação de habilitação no dia 06/05/2019 às 09:00h. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se à Unidade A, nº 14, Belo Horizonte, MG., em até 03 (três) dias antes da data acima mencionada, ou solicitar pelo e-mail: licitacao.a014@sestsenat.org.br. ASS. Comissão de Licitação

BAMAQ S/A

BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CNPJ 18.209.965/0001-54 - NIRE 31300043681

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Convidamos os Senhores Acionistas da Bamaq S/A Bandeirantes Máquinas e Equipamentos a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de Abril de 2019, às 08:00 horas, na sede social, à Rodovia Fernão Dias BR 381, nº 2.111, Bairro Amazonas, no Município de Contagem/MG, a fim de deliberarem sobre os temas: (i) Apreciação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) Deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício e ratificar os dividendos distribuídos no exercício de 2018; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Fixação da remuneração global mensal da administração para o exercício social de 2019. **Aviões:** 1. Os acionistas presentes à assembleia deverão provar sua qualidade através da apresentação de documento hábil de sua identidade. 2. Somente serão admitidos a participar e votar na assembleia, os acionistas cujas ações tenham sido transferidas e registradas no livro próprio da companhia, cinco (5) dias antes da primeira convocação. 3. O percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário à requisição do sistema de voto múltiplo é 9% (nove por cento). 4. Nos termos da Lei 6.404/76, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da companhia toda documentação pertinente a matéria a ser deliberada na assembleia geral ordinária. Contagem/MG, 16 de Abril de 2019.
Gilberto de Andrade Faria Júnior
Presidente do Conselho de Administração



DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 21.350

CNPJ nº 16.614.075/0001-00 - NIRE 31300025837

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019

1. **Data, hora e local:** Realizada aos 28 dias do mês de março de 2019, às 09:00 horas, na sede operacional da DIRECIONAL ENGENHARIA S/A ("Companhia"), na Rua dos Otoni, nº 177, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.150-270. 2. **Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo-se verificado quorum de instalação e aprovação, e dispensando-se, portanto, a convocação. Participaram, na condição de convidados, portanto sem direito a voto, em conformidade com o Artigo 19, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. José Carlos Wollenweber Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Ricardo Valadares Gontijo. Secretário: Wilson Nélio Brumer. 4. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a remuneração global anual da administração para o exercício social de 2019; (ii) a renúncia do Sr. Ricardo Valadares Gontijo ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; (iii) a extinção do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo e designação dos cargos de Diretor de Engenharia Técnica e Diretor Comercial, conforme disposto no art. 20, alínea "d" do Estatuto Social; (iv) a eleição de dois novos membros da Diretoria da Companhia; (v) a reeleição do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Companhia; (vi) a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; e (vii) as propostas de alterações a serem feitas no Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos conselheiros presentes: (i). Aprovar a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2019, a ser submetida para aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76, no valor de até R\$ 9.530.000,00 (nove milhões e quinhentos e trinta mil reais); (ii). Acatarem a renúncia do Sr. Ricardo Valadares Gontijo, que deixa o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia neste data, passando a compor exclusivamente este Conselho de Administração. (iii). Aprovar a extinção do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, conforme disposto no art. 20, alínea "d" do Estatuto Social, tendo em vista que as atribuições que completam a este cargo, já estão abrangidas pelas atribuições do cargo de Diretor Presidente, bem como a atribuição de designação dos cargos de Diretor de Engenharia Técnica e Diretor Comercial. (iv). Eleger, nos termos do Estatuto Social, para compor a Diretoria da Companhia, (i) o Sr. **Paulo Antônio Corrêa de Assis**, brasileiro, casado, engenheiro civil, C.I. n.º M-3.312.859 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 780.337.306-25 ocupando o cargo de Diretor Comercial; e (ii) o Sr. **Rafael Passos Valadares**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da C.I. n.º MG-6.672.134 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 031.409.286-29, ocupando o cargo de Diretor de Engenharia Técnica; ambos com endereço comercial em Belo Horizonte/MG, na Rua dos Otoni, nº 177, Bairro Santa Efigênia, CEP 30.150-270. Os Diretores ora eleitos declaram, para os fins do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, que não estão incurso em quaisquer dos impedimentos previstos em lei para o exercício das atividades mercantis e que não foram condenados às penas de suspensão ou inabilitação temporária pela CVM, sendo elegíveis para os respectivos cargos de Diretor Comercial e Diretor de Engenharia Técnica da Companhia. (v). Aprovar a reeleição do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. **José Carlos Wollenweber Filho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.469.620-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 263.420.548-19. O Diretor ora reeleito declara, para os fins do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, que não está incurso em quaisquer dos impedimentos previstos em lei para o exercício das atividades mercantis e que não foi condenado às penas de suspensão ou inabilitação temporária pela CVM, sendo elegível para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Assim sendo, a Diretoria da Companhia é composta pelos Srs. **Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo**, **Guilherme de Rezende Castanheira**, reeleitos nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de abril de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o n.º 6890404, e pelo Sr. **José Carlos Wollenweber Filho**, **Paulo Antônio Corrêa de Assis** e **Rafael Passos Valadares**, ora eleitos. Nos termos do Artigo 23 do Estatuto Social, o mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, terminando na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 2020. Os Diretores ora reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. (vi). Aprovar a convocação, nos termos do artigo 20, alínea "e", do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a qual será convocada nos termos e prazos da lei. (vii). Aprovar as propostas de alterações no Estatuto Social da Companhia, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2019. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos. 7. **Assinaturas: Mesa: Presidente:** Ricardo Valadares Gontijo. **Secretário:** Wilson Nélio Brumer. **Conselheiros:** Ricardo Valadares Gontijo, Ana Lúcia Ribeiro Valadares Gontijo, Ana Carolina Ribeiro Valadares Gontijo, Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, Luiz André Rico Vicente, Wilson Nélio Brumer e Paulo Nobrega Frade. **Convidados:** José Carlos Wollenweber Filho. Belo Horizonte, 28 de março de 2019. **Conselheiros de Administração:** Ricardo Valadares Gontijo, Ana Lúcia Ribeiro Valadares Gontijo, Ana Carolina Ribeiro Valadares Gontijo, Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, Luiz André Rico Vicente, Wilson Nélio Brumer e Paulo Nobrega Frade. **Convidado:** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - José Carlos Wollenweber Filho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO PAL 053/2019 CO 004/2019

A Prefeitura Municipal de Araçuaí - MG, torna público nos termos das Leis 8.666/93, PAL 053/2019 Concorrência Pública 004/2019. Objeto: Concessão de espaço público, constituídos por 02 (dois) quiosques e 01(um) quiosque, localizados no Terminal Rodoviário Monsenhor Cloves da Fonseca, e 02 (dois) Box situados no Shopping Popular (mercado municipal) para fins de exploração comercial. Abertura 22/05/2019, às 09:00 horas. Maiores Informações (33) 3731-3362 de 12:00 as 17:30 horas e-mail: licitacao@aracuai.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA-AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº017/2019- O Município de Augusto de Lima/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº017/2019, para Aquisição de um veículo novo, 1.0, 05 lugares Tipo: Menor Preço unitário, Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 07/05/2019 até às 13:00h. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro, E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br, ou site www.augustodelima.mg.gov.br - João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Presidente do Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias (art. 25º, "b"), convoca os empregados da sociedade empresária SIEMENS HEALTHCARE LTDA, CNPJ 01.449.930/0016-76, para uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2019, na sede da empresa, localizada na Avenida das Nações, 2448, Distrito Industrial, Vespasiano, MG, - CEP 33.710-460, no horário de 10:00 horas, em primeira convocação, para tratarem da seguinte ordem do dia: a) leitura do edital convocatório; b) autorização para celebrar Acordo Coletivo de Trabalho que trata de alteração de Jornada de Trabalho para uma jornada especial de 12 horas e ainda implementação de Sistema Eletrônico de Ponto, em conformidade com a proposta patronal; c) discutir e votar pela aprovação ou não da aludida proposta. Não havendo número legal de presentes em primeira convocação, a segunda se realizará às 10:30 horas já com qualquer número de presentes. As deliberações tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito e a ela se vinculam os trabalhadores sindicalizados ou não à entidade convocante. Belo Horizonte, 17 de Abril de 2019. (a) José Cloves Rodrigues - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

Aviso de Licitação. Processo: 016/2019- Modalidade Pregão Presencial 013/2019. A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade pregão presencial, objetivando registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais Gráficos para atendimento das Secretarias Municipais com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas com entrega dos envelopes de habilitação e proposta até as 09:00:00 do dia 02 de maio de 2019, nos termos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estarão à disposição na Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, situada na Avenida Pedro Ferreira, 159 - Centro. Telefone (33) 3741 1312 - Jequitinhonha, 17 de abril de 2019 - Luiz Carlos Ferreira de Souza - Pregoeiro Oficial.



Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora alguns telefones fixos da localidade Uberlândia - MG tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 10/04/2019 das 20h18 às 20h23. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e equipamento danificado foi recuperado.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIOBEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAIOBEIRAS, Estado de Minas Gerais, CNPJ 21.369.020/0001-04, com sede à Avenida da Liberdade, 314 - Centro - 39.550-000 - Tel. (38)3845-1430, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 03 de Maio de 2019 às 09:00 horas, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2019**, cujo objeto será a contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos de assessoria e consultoria em contabilidade pública. Os interessados poderão adquirir o edital com as informações complementares no endereço acima mencionado, no horário de 07h00min às 13h00min, ou através de solicitação pelo e-mail camarataioibeiras@hotmail.com. As alterações, notificações, intimações resultados, extrato de contrato (se for o caso) serão publicados no quadro de avisos da Câmara Municipal.
Taiobeiras/MG, 17/04/2019 - Izabel Batista Melo - Pregoeiro(a)Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG

Aviso de licitação. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019 - AMPLA PARTICIPAÇÃO - PROCESSO nº 088/2019. O Município de Guaxupé - MG torna pública a realização da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019, Processo nº 088/2019, empreitada tipo MENOR PREÇO GLOBAL destinada à seleção e contratação de empresa na área de engenharia para execução da Reestruturação do Complexo Viário do Taboão, no Município de Guaxupé/MG, incluindo a canalização de trecho do córrego Bebedouro e a infraestrutura do entorno, no cruzamento localizado entre a Rua João Pessoa, Rua Alcides Baldini, Rua Dr Jeremias Zerbini e Praça 1º de junho. Recursos provenientes do CONTRATO DE REPASSE PROCESSO Nº 9005.401-00/2017, SICONSV 863.948/2017, firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Guaxupé/MG, por intermédio da Caixa Econômica Federal, regulamentado pela Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424 de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações e demais dispositivos legais e também com recursos próprios do Município de Guaxupé/MG. O edital completo estará à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 - pavimento superior, Centro, Guaxupé/MG, fone (35) 3559-1021, a partir do dia 22 de abril de 2019 e também no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o edital completo poderá ser baixado. Entrega dos envelopes, até o dia 23 de maio de 2019, às 09:00 horas, abertura no mesmo dia as 09:00 horas na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 - pavimento superior, centro, Guaxupé, Minas Gerais, devendo as empresas interessadas realizarem a **caução** no valor de 1%(um por cento) do valor do objeto desta Concorrência Pública 002/2019 até o dia 22 de maio de 2019, devendo o comprovante da caução ser entregue na Secretaria de Finanças/Tesouraria da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Vale, 68 - Centro, Guaxupé/MG até as 17:00 horas do dia 22 de maio de 2019. **VISITA TÉCNICA:** deverá ser agendada na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, endereço Rua Barão de Guaxupé, 50 - Centro - Guaxupé/MG - fone (35) 3559-1090 para ser realizada entre os dias 23 de abril a 22 de maio de 2019, nos horários das 09:00 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:00 horas. Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé e no site www.guaxupe.mg.gov.br. Guaxupé, 18 de abril de 2019. Rafael Augusto Olinto - Secretário Municipal de Administração.



Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora alguns telefones fixos da localidade Pouso Alegre - MG tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 10/04/2019 das 01h17 às 12h15. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e equipamento danificado foi recuperado.

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da AÇÃO ORDINÁRIA Processo número 0024.14.189.480-8 proposta por Condomínio do Edifício Residencial Barreiro em face de Liane Moreira Rodrigues Miranda Alegre o autor que a Requerida é proprietária do Apartamento 307 Bloco 05 situado nas dependências do Condomínio Requerente. A requerida encontra-se inadimplente com os pagamentos das taxas condominiais, acrescidas de juros, multa e correção monetária no valor de R\$5.177,82. O Autor requer o pagamento do débito, bem como das despesas processuais e honorários advocatícios. Deu-se à causa o valor de R\$5.177,82. Estando a requerida Liane Moreira Rodrigues Miranda CPF 097.474.896-00 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação da mesma para querendo no prazo de 15 dias contestar a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia da Ré será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 05/04/2019. Advogada do autor Débora Teixeira Diniz OAB/MG 122722. A Escrivã Rozana Geralda Colini.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, AVISO DE LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE/CREDECIMENTO Nº 02/2019. Será realizado no dia 13 de Maio de 2019 às 14 hs o Processo Licitatório de nº 031/2019, na Modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento de nº 02/2019, cujo objeto é a seleção e credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, para a prestação de serviços médicos através de plantões e acompanhamento de pacientes em viagens, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Coromandel-MG. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 15 de Abril de 2019. Aline Silva e Sousa- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2019. Será realizado no dia 07 de Maio de 2019 às 14 hs o Processo Licitatório de nº 032/2019, na Modalidade de Pregão Presencial de nº 021/2019-SRP, do Tipo Menor por Item, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza e produção de higienização para atender Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Coromandel-MG. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 15 de Abril de 2019. Nilda Maria dos Anjos Dorneles-Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2019. Será realizado no dia 08 de Maio de 2019 às 14 hs o Processo Licitatório de nº 033/2019, na Modalidade de Pregão Presencial de nº 022/2019, do Tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é a aquisição de braços e suportes para luminárias em iluminação pública e relés fotoeletrônicos para controle de luminárias em iluminação pública, para atendimento ao Termo de Cooperação Técnica TCT-PRF-022/18, firmado entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobrás e a Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, para implementação de ações de eficiência energética em sistemas de iluminação pública do município. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 15 de Abril de 2019. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Presencial 027/19, no dia 06/05/19 às 09h30min, com credenciamento a partir das 09h00min. Objeto contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e utilitários, para atender diversas secretarias municipais da prefeitura municipal de Lagoa Santa movidos à gasolina, ou diesel, sem motorista, sem combustível, com quilometragem livre, ar condicionado, seguro total, fabricados à no máximo 2 (dois) anos. O edital na íntegra estará disponível na rua São João, 290-Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br - André Luiz Fernandes /Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura de edital de credenciamento 001/2019 nos dias 03/06/2019 (sessão 01), 01/09/2019 (sessão 02) e 02/12/2019 (sessão 03), às 9hs. Objeto: credenciamento de propostas artístico-culturais de renome local ou regional, para compor a programação dos eventos, projetos e atividades culturais realizadas e/ou apoiadas pelo município de Lagoa Santa, estado de Minas Gerais. O edital de credenciamento na íntegra estará disponível na rua São João, 290-Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br - Gilson Urbano de Araújo/ Secretário de Bem Estar Social/interino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - Abertura da Tomada de Preços 001/19 no dia 09/05/2019 às 09h30min, com recebimento dos envelopes até 09h. Objeto: contratação de empresa de engenharia para realização de obra de construção de sepulturas no município de Lagoa Santa, conforme relação constante no projeto básico, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra. O edital na íntegra estará disponível na Rua São João, 290 - Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br. Daniele Batista dos Santos/Presidente CPL.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Retomada de sessão da Concorrência Pública 01/2019 no dia 22/04/19 às 10h, para apuração do resultado geral das Propostas Técnicas. Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de publicidade institucional, compreendendo o estudo, o planejamento, a concepção, a execução e veiculação de campanhas e peças publicitárias on e off-line, e a execução de outras ações pertinentes ao atendimento das necessidades de comunicação do município de Lagoa Santa. João Alejandro de Souza Pimienta/Presidente da Comissão Especial de Licitação.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Torna Público Errata e Prorrogação do Pregão Presencial RP 022/2019 Processo Licitatório nº 031/2019 para o dia 08/05/19 às 09h30min, com credenciamento a partir das 09h. Objeto: registro de preços para locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de recarga de oxigênio, com comodato de cilindros, com prestação de serviços de instalação, montagem e manutenção técnica preventiva e corretiva, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Lagoa Santa. A errata na íntegra estará disponível na Rua São João, 290 - Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br. André Luiz Fernandes/Pregoeiro

CENTRO DE REPRODUÇÃO HUMANA SANTAFERTIL S/A
CNPJ 16.909.692/0001-25 - NIRE 3130010195-9

CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia, para a realização da Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 (trinta) de abril do ano de 2019 às 19:00 (dezenove) horas, a ser realizada na sede social situada na Rua Pouso Alegre, 2111, Térreo, bairro Horto, CEP 31015-065, Cidade de Belo Horizonte/MG a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018; 2) Destinação dos resultados; 3) Eleição do(s) Administrador(es); 4) Fixar a remuneração global dos membros da Administração; 5) Assuntos Gerais. Belo Horizonte, 17 de abril de 2019. (a) Marcos Aurélio Coelho Sampaio - Diretor Geral.

GEORADAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF nº 03.087.282/0001-02 NIRE nº 3130001942-0**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas desta Sociedade, nos termos do art. 123, da Lei de Sociedades Anônimas convocados a participarem de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em primeira chamada, no dia 25 de abril de 2019, às 12:00 h, na sede da sociedade, na Rua Ludovico Barbosa, nº 60-b, na Cidade de Nova Lima, a fim de deliberar, exclusivamente, sobre a seguinte ordem do dia: I) Apresentação pela diretoria da Companhia do status da contabilidade dos anos de 2017 e 2018, bem como cumprimento das obrigações acessórias referentes aos anos de 2015 e 2016, bem como informação sobre a localização dos documentos necessários para conclusão da contabilidade da empresa. II) Explicação e discussão sobre os problemas de governança da Companhia advindos da inexistência de Diretoria válida desde julho/2017; Gerenciamento dos recursos da Companhia; Representação da Companhia em órgãos governamentais (especialmente Receita Federal) e na Justiça; Dificuldades de representação da empresa junto aos processos de REPETRO e potenciais consequências. III) Apresentação detalhada do uso dos recursos advindos do contrato de dados, contendo descrição individual de cada despesa realizada. IV) Apresentação pela diretoria da Companhia do status do contrato de dados, com a apresentação dos documentos pertinentes ao Contrato (anexos, "Termo de Recebimento Definitivo" e outros que julgar pertinente). V) Apresentação dos seguintes documentos, referentes ao período de, pelo menos, a partir de junho/2016 até a última disponível: Extratos bancários das contas ativas e conciliação bancária; Notas fiscais emitidas; Documentos suporte de saída de ativos (principalmente venda de imobilizado); Documentos que mostrem a movimentação de pessoal entre setembro/2017 e dezembro/2018. VI) Balançotes Analíticos do Grupo Georadar referentes aos exercícios de 2015 e 2016 (período de 01/01/2015 a 31/12/2015 e 01/01/2016 a 31/12/2016). VII) Outros assuntos. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2019. - Ricardo Savini (Diretor Estatutário).

ECON PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF 27.705.874/0001-09 - NIRE 3130011817-7**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Rafael dos Santos Selva, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n. MG-10.187.783, expedido pela PCMMG, inscrito no CPF/MF sob o n. 042.161.576-10, residente e domiciliado na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Rua Ministro Oromzim Nonato, n. 589, apto. 1002, Bairro Vila da Serra, CEP 34.006-053; e **Teodomiro Diniz Camargos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade n. M-116.703, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n. 372.603.836-15, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Manuel Teixeira de Sales, n. 200, Bairro Mangabeiras, CEP 30.210-130, na qualidade de diretores da **ECON PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Santa Rita Durão, n. 444, 2º andar, Bairro Savassi, CEP 30.140-111, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 27.705.874/0001-09, e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE n. 3130011817-7 ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais, em especial com o disposto no Artigo 7º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, e na Lei 6.404/76 (Lei das S/A) convoca todos os acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Santa Rita Durão, n. 444, 2º andar, bairro Savassi, CEP 30140-11, no dia 06 de maio de 2019, às 09:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a distribuição de dividendos; e (c) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia. 2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Retificação da redação do Art. 9º, Capítulo V, do Estatuto Social da Companhia; e (b) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/1976 encontram-se disponíveis na sede da Companhia e foram devidamente publicados no dia 5 de abril de 2019, no Jornal Hoje em Dia, Caderno Primeiro Plano, pág. 9 e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Caderno 2, pág. 13. É resguardado o direito de serem representados em Assembleia por procurador, que deverá se apresentar munido de procuração, sendo este acionista, administrador da Companhia ou advogado, na forma do disposto no artigo 126, Parágrafo Primeiro da Lei 6.404/76. Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2019. **Rafael dos Santos Selva e Teodomiro Diniz Camargos** - Diretores da ECON PARTICIPAÇÕES S/A.

VEMINAS S/A
CNPJ 17.165.804/0001-43 NIRE 313 000396 68

Ficam os senhores acionistas da Veminas S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 10:00 horas do dia 23 de abril de 2019 na sede da empresa à Alameda Oscar Niemeyer, 360 sala 201 em Nova Lima (MG) a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1-Exame, discussão e votação do relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. 2- Destinação do resultado do exercício. 3-Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI/MG
Aviso de Retificação

Toma público Retificação período de Credenciamento por Inexigibilidade nº 02/2019 - PAL nº 023/2019. Objeto: Contratação de Empresas Especializadas para prestação de serviços de Consultas Médicas Especializadas, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde para atender as necessidades do Município de São José do Jacuri/MG, conforme descrito no Edital e anexos. Onde se lê: "Data abertura credenciamento: A partir de 18/04/2019 até 31/12/2019 de 08:00 às 16:00 hs". Leia-se: Data abertura credenciamento: A partir de 22/04/2019 até 01/05/2019 de 08:00 às 16:00 hs. Data abertura dos envelopes em até 02 dias úteis após a entrega dos mesmos. Informações, Prefeitura. tel: (33) 3433-1314, e-mail: licitaja@hotmail.com.br.

Rosângela A. G. da Silva
Presidente CPL

TRANSPORTADORA PORTO ALEGRE S/A
CNPJ: 07.104.389/0001-64 / NIRE: 31.300.11754-5. Edital de Convocação.

Ficam os senhores acionistas da Transportadora Porto Alegre S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada na sede da Companhia, na Rua Joaquim Machado Guimarães, n. 350, módulo 08, bairro Raza, na cidade de Ponte Nova/MG, Cep: 35.430-304, no dia 24 de abril de 2019, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia na Assembleia Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2018; e na Assembleia Geral Extraordinária: c) deliberar sobre o aumento de capital na Transportadora Porto Alegre S/A mediante a integralização de bens móveis de titularidade da Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S/A. Ponte Nova, 12 de abril de 2019. João Lúcio Barreto Carneiro - Diretor Presidente.

LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. CNPJ: 66.301.334/0001-03 / NIRE: 31.300.117.561. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os senhores acionistas da LATICÍNIOS PORTO ALEGRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada na sede da Companhia, na Av. Mário Martins de Freitas, n. 6.000, bairro Ana Florência, na cidade de Ponte Nova/MG, CEP: 35.432-077, no dia 24 de abril de 2019, às 09:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia na Assembleia Geral Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2018; e na Assembleia Geral Extraordinária: d) deliberar sobre o aumento de capital na Transportadora Porto Alegre S/A mediante a integralização de bens móveis de titularidade da Companhia; e) deliberar sobre a autorização para aprovação das demonstrações financeiras e contas da subsidiária integral Transportadora Porto Alegre S/A; e f) deliberar sobre a autorização para aprovação da destinação do lucro líquido da subsidiária integral Transportadora Porto Alegre S/A. Ponte Nova, 12 de abril de 2019. João Lúcio Barreto Carneiro - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA BELO HORIZONTE C I C O B E - CNPJ/MF 17.276.825/0001-36

CONVOCAÇÃO Convocamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a se realizar às 14:00 horas do dia 29 de abril de 2019, na sede da empresa, à rua dos Goitacases, 52 - 1º andar, nesta Capital, para elegerem os membros do Conselho de Administração da empresa e para deliberarem sobre a remuneração dos administradores, a partir de maio de 2019; as demonstrações financeiras e o relatório da diretoria relativos ao exercício de 2018 e a destinação do lucro líquido deste exercício. Belo Horizonte, 2 de abril de 2019. (a) Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ

Processo Licitatório nº 026/2019 - Pregão Presencial SRP nº 006/2019 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de fórmulas, complementos e suplementos alimentares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Sá/MG. Abertura da sessão dia 06 de Maio de 2019 às 13h00min. Telefone: 38 - 3233-1325. Site: www.franciscosa.mg.gov.br ou e-mail: licitacaofranciscosa2017@gmail.com - Pregoeira Oficial: Rosângela Oliveira Ramos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ

Processo Licitatório nº 028/2019 - Pregão Presencial SRP nº 007/2019 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais descartáveis para atender demandas das secretarias da Prefeitura Municipal de Francisco Sá/MG. Abertura da sessão dia 07 de Maio de 2019 às 09h00min. Telefone: 38 - 3233-1325. Site: www.franciscosa.mg.gov.br ou e-mail: licitacaofranciscosa2017@gmail.com - Pregoeira Oficial: Rosângela Oliveira Ramos.

26ª VARA CÍVEL. Comarca de Belo Horizonte - MG. EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de dilação 30 dias. O Dr. Elias Charbil Abdou Obeid, MM, Juiz de Direito da 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo tramita a Ação Monitória, processo nº 5061577-86.2017.8.13.0024, ajuizada por BANCO BRADESCO CARTÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n.º 59.438.325/0001-01, em face de GLENN ALBERTO IKEN, CPF: 550.259.357-68, com o valor da causa R\$ 67.521,70 (sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta centavos). Alegando a autora, resumidamente, que o demandado utilizou-se do cartão de crédito/compras, pelo qual o demandado comprometeu-se a, mensalmente a saldar as respectivas faturas nas datas de sua escolha: seja pela integralidade, seja pelo pagamento mínimo, o que melhor lhe conviesse. Não obstante às operações efetivadas pelo demandado e devidamente autorizadas pelo demandante, nos termos do regulamento do produto, deixou aquele de quitar as faturas nos respectivos vencimentos. Com base nas informações extraídas do extrato em questão (e eventualmente finalizado pelo relatório de aceleração) - os quais instruem o presente feito - denota-se que, somados e atualizados, os lançamentos das faturas indicam como devida a importância citada o qual totaliza a importância atualizada de R\$ 67.521,70 (sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta centavos) - para o cartão. Diante da situação de inadimplência, adoteu-se a conduta de contatá-lo, a fim de pudesse liquidar o débito sem a necessidade de intervenção judicial, pela via consensual, seja pelo executivo da agência (quando correntista), seja por uma assessoria de cobrança amigável, seja ainda em última instância, por este Escritório e também Patrono desta Causa. Ocorre que, mantida a situação de inadimplimento, em que pese os esforços da demandante, não restou outra alternativa senão a submeter a lide ao crivo do Poder Judiciário. Sendo o presente para citação do réu GLENN ALBERTO IKEN, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para os termos da presente ação, bem como para pagamento ou entrega da coisa no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 701, § 2º e do artigo 257, inciso IV ambos do CPC/2015. Para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado aos 29 dias do mês de março de 2019.

ESTAMPARIA S.A.
QUALIDADE EM TECIDOS**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018****A CONJUNTURA**

Estamos passando por um momento na conjuntura mundial, onde a tecnologia, nos surpreende, continuamente, trazendo instrumentos que permitem ganhos significativos em produtividade. As nações mais dinâmicas estão captando mais rapidamente estes ganhos e transformando sua sociedade, em direção a um maior desenvolvimento e bem estar a sua população. No Brasil, estes ganhos, acabam sendo retirados dos setores dinâmicos da economia, através dos impostos e usados na sustentação de um poder público obeso e ineficiente. Esta situação retira o benefício do ganho de produtividade, causando a estagnação da economia.

Estamos em um círculo perigoso, onde não se gera emprego adicional, o emprego existente é de baixa remuneração, os valores da sociedade vão se perdendo, não se valoriza a educação, forma-

mos líderes e políticos mal preparados que acabam usando seu poder para corromper, enriquecer e se manter.

Conquistamos neste ano um novo governo, onde depositamos nossa esperança de mudança.

A ESTAMPARIA

Buscamos constantemente melhorar nossa produtividade, logística, nossos produtos e os serviços relacionados ao nosso negócio. Em 2018, conseguimos evoluir todos esses indicadores. Este resultado, de novo, transformamos aos clientes e aos consumidores de nossos produtos.

Somamos três anos consecutivos, que o aumento de preços de venda de nossos produtos ocorre em patamares inferiores aos de nossos concorrentes. Com esta posição de vantagem, conseguimos vendas constantes ao longo do segundo semestre de 2018. Completamos nosso salão de tecelagem com a aquisição de teares seminovos, de tecnologia de última geração. O objetivo é manter o prazo de

entrega também nos períodos sazonais, de demanda elevada.

ASPECTOS ECONÔMICOS E INDUSTRIAIS

O faturamento evoluiu nominalmente 7,0%. A conjuntura foi negativamente impactada pela greve dos caminhoneiros e a turbulência e insegurança do período eleitoral, porém foi no primeiro semestre que trabalhamos com ociosidade. Neste período, exceto nos meses de março e abril, trabalhamos com ociosidade de até 20,0%. No segundo semestre a demanda de nossos produtos permitiu a fábrica trabalhar a 100% inclusive com os teares adquiridos.

Para melhorar a entrega de pedidos, fizemos uma revisão em nossa política de estoques intermediários, exigindo que a relação "estoque/ROL" subisse. Com esta mudança este indicador atingiu 15,0%.

Atingimos um Ebtida de R\$7,8 milhões, inferior em 17,9% em relação a 2017. A margem "Ebtida/ROL" se situou em 11,3%.

Este resultado operacional foi prejudicado principalmente pela evolução do preço do algodão, que, na média, evoluiu 23,1% sobre 2017.

CNPJ: 19.791.987/0001-38

NIRE: 31.3.0004142-5

ASPECTOS FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

Com os recursos provenientes do lucro líquido, reduzimos ligeiramente nosso endividamento financeiro, regularizamos o pagamento de encargos sociais, aumentamos o estoque e investimos em aumento de produção de modo a melhorar a entrega.

A liquidez corrente evoluiu de 0,94x em 2017 para 1,13x em 2018. O curto prazo continua pressionado por dívidas financeiras no valor de R\$26,2 milhões, parte sub judice.

A dívida líquida financeira subiu para 3,4x o Ebtida anual. A dívida total, incluindo tributos, ainda se encontra em patamar elevado de R\$86,7 milhões, equivalente a 11,1x o Ebtida.

O número de pessoas trabalhando na Estamparia subiu para 304, com o acréscimo, entre anos, de mais 10 pessoas.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos colaboradores e a confiança de nossos acionistas e fornecedores.

ENCANTO

Premium

TRÉSOR Dream**BALANÇO PATRIMONIAL**
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE						
Disponibilidades		922	1.037	Fornecedores	3.155	2.971
Clientes		23.298	23.375	Financiamentos	26.195	26.630
Estoque		10.942	8.255	Salários e Obrigações Sociais	1.959	3.622
Outros Ativos		1.445	1.016	Impostos e Contribuições	336	428
		36.607	33.683	Outras Obrigações	639	2.166
					32.284	35.817
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		717	705	Financiamentos	1.154	1.370
Investimentos		7	7	Impostos e Contribuições	60.464	58.488
Imobilizado		78.349	77.602		61.618	59.858
		79.073	78.314	PATRIMÔNIO LÍQUIDO:		
				Capital Social	20.200	20.200
				Reservas de incentivos fiscais	1.009	144
				Reservas de Reavaliação	38.548	38.734
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.084	30.084
				Prejuízos Acumulados	(68.063)	(72.840)
					21.778	16.322
TOTAL DO ATIVO		115.680	111.997	TOTAL DO PASSIVO	115.680	111.997

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reservas de Incent. Fiscais	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ..	20.200	144	38.919	30.084	(85.024)	4.324
Realização da Res. de Reavaliação	-	-	(185)	-	(185)	(185)
Lucro do Exercício	-	-	-	12.183	12.183	12.183
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ..	20.200	144	38.734	30.084	(72.841)	16.322
Realização da Res. de Reavaliação	-	-	(186)	-	(186)	(186)
Reservas de Incentivos Fiscais	-	865	-	-	865	865
Lucro do Exercício	-	-	-	4.778	4.778	4.778
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 ..	20.200	1.009	38.548	30.084	(68.063)	21.778

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo a indústria têxtil, e atividades afins. A Companhia possui unidades no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Contagem e Gouveia.

NOTA 2 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas com a observância dos dispositivos constantes da Lei nº 6.404/76, (alterações da Lei 11.638/2007), observando ainda, no que aplicável, a legislação tributária.

b) Os estoques de produtos e de matérias primas estão avaliados ao custo de fabricação ou de aquisição, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

c) O Ativo Imobilizado está registrado ao custo de aquisição e construção ou valor das reavaliações procedidas em 04/1986, 12/1988, 12/2004 e 09/2005, acrescidos da correção complementar (Lei 8.200/91) e mais a correção normal pelos índices oficiais, até 31/12/95, incluindo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA ..	88.406	82.625
Deduções das Vendas	(15.514)	(14.006)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:	72.892	68.619
Custo dos Produtos Vendidos	(52.382)	(47.931)
LUCRO BRUTO	20.510	20.688
Despesas de Vendas	(8.411)	(7.532)
Despesas Administrativas	(5.541)	(4.741)
Despesas Tributárias	(528)	(488)
Outras Receitas (Despesas)	174	(175)
LUCRO OPERACIONAL	6.204	7.752
Despesas Financeiras Líquidas	(3.818)	(14.495)
Outras Receitas	955	2.567
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSL	3.341	(4.176)
IRPJ - I.R./CSL - Contrib. Social s/ Lucro	1.437	16.359
LUCRO DO EXERCÍCIO	4.778	12.183

o ajuste em 31/12/2011.

NOTA 3 - ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	6.698	4.969
Produtos em Elaboração	554	513
Matérias Primas	1.273	725
Outros	2.417	2.048
	10.942	8.255

NOTA 4 - IMOBILIZADO

	31/12/2018	31/12/2017
	VALOR	VALOR
	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Terrenos	49.607	49.607
Edificações	5.748	6.180
Máquinas, Equip. Instalações	2.192	2.824
Veículos	37	148
Móveis e Utensílios	41	31
Outros	20.724	18.812
	78.349	77.602

NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2018 e 2017 o Capital Social estava representado por 470.000.000 de ações, sendo 375.990.000 ações ordinárias nominativas e 94.010.000 ações preferenciais nominativas sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Mascarenhas Curi - Presidente

DIRETORIA

Rogério Mascarenhas Cezarini - Diretor Presidente

Responsável Técnico